

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA PMMA

KARLA ALESSANDRA RIBEIRO NUNES

POLÍCIA COMUNITÁRIA: percepção dos líderes comunitários sobre ações da 2ª
Unidade de Segurança Comunitária entre 2014-2019

São Luís
2021

KARLA ALESSANDRA RIBEIRO NUNES

POLÍCIA COMUNITÁRIA: percepção dos líderes comunitários sobre ações da 2ª
Unidade de Segurança Comunitária entre 2014-2019

Monografia apresentada ao Curso de Formação de
Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão,
em cumprimento das exigências para obtenção do
título de Bacharel em Segurança Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Bezerra
Santos

São Luís

2021

KARLA ALESSANDRA RIBEIRO NUNES

POLÍCIA COMUNITÁRIA: percepção dos líderes comunitários sobre ações da 2ª
Unidade de Segurança Comunitária entre 2014-2019

Monografia apresentada ao Curso de Formação de
Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão,
em cumprimento das exigências para obtenção do
título de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovação em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Coronel QOPM Aritanã Lisboa do Rosário
Polícia Militar do Maranhão

Profa. Dra. Valdira Barros
Universidade Estadual do Maranhão

A minha mãe Antonia de Jesus Ribeiro pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória acadêmica.

A minha avó Bernardina de Jesus Coelho Ribeiro por ter me proporcionado amor e educação em toda minha vida.

Ao meu namorado Hudson Augusto Pereira Ribeiro pelo apoio e suporte para que eu pudesse desenvolver este projeto.

Ao meu irmão Paulo Henrique Ribeiro Ferraro pela amizade e atenção dedicada quando eu precisei.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, causa primordial de todas as coisas.

À Professora Vera, minha orientadora, pelas valiosas e incontáveis horas dedicadas ao projeto, sempre com sua presença cheia de otimismo.

Aos meus instrutores da APMGD, em especial o Coronel QOPM Aritanã, que ministrou a disciplina Polícia Comunitária I e II, proporcionando conhecimentos importantes para a definição deste trabalho.

Aos meus professores da UEMA, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos meus companheiros da 23ª turma de Oficiais, em especial a Cadete Mayara e Cadete Zuleide, companheiras de internato, de vida e amigas na Polícia Militar.

Aos líderes comunitários do Polo Coroadinho, por terem contribuído na realização da pesquisa de campo.

Policamento comunitário se traduz em uma maior cooperação entre a polícia e a comunidade, sendo que a premissa central dessa forma de policiamento é a de que “o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança”.

(SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

RESUMO

O estudo abordou a temática Polícia Comunitária, enfatizando a percepção dos líderes comunitários sobre ações da 2ª Unidade de Segurança Comunitária entre 2014-2019. O objetivo foi de analisar a percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho acerca das ações desenvolvidas pela 2ª USC no enfrentamento de crimes e violência. Utilizou-se o método indutivo, abordagem qualitativa, entrevista semiestruturada, amostra indicativa e análise de discurso. Os resultados da pesquisa demonstram que a filosofia do policiamento comunitário tem muitos desafios considerados comuns em uma sociedade complexa com grandes desigualdades socioeconômicas, mas muito interessante por sua abrangência, não apenas no que diz respeito ao enfrentamento de crises e conflitos, mas há ênfase na proatividade das ações policiais e maior interação entre comunidade e os policiais. Faz-se necessário investir em formação, treinamento e qualificação dos profissionais de segurança pública para o policiamento comunitário, independente da forma como é nomeado pelo governo de Estado, precisa ser implementado conforme as demandas sociais e, portanto, ser efetivamente uma política de Estado.

Palavras-chaves: Policiamento comunitário. Ações. 2ª Unidade Segurança de Comunitária. Polo Coroadinho.

ABSTRACT

The study addressed the theme of Community Police, emphasizing the perception of community leaders about the actions of the 2nd Community Security Unit between 2014-2019. The objective was to analyze the perception of community leaders at Polo Coroadinho about the actions developed by the 2nd USC in the fight against crimes and violence. The inductive method, qualitative approach, semi-structured interview, indicative sample, discourse analysis were used. The research results demonstrate that the community policing philosophy has many challenges, common in a complex society with great socioeconomic inequalities, but very interesting for its scope, not only with regard to facing crises and conflicts, but there is an emphasis on proactivity of police actions and greater interaction between the community and the police. It is necessary to invest in education, training and qualification of public security professionals for community policing, regardless of how it is appointed by the State government, it needs to be implemented according to social demands and, therefore, be effectively a State policy.

Keywords: Community policing. Actions. 2nd Community Security Unit. Coroadinho Polo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELA

Figura 1 – Brasão Unidade de Segurança Comunitária.....	25
Figura 2 – Sede da 2ª USC/Polo Coroadinho.....	26
Figura 3 – Sede da 2ª USC/Polo Coroadinho.....	27
Tabela 1 – Comparativo das ocorrências no Polo Coroadinho.....	36
Gráfico 1 – Gênero dos líderes comunitários.....	37
Gráfico 2 – Escolaridade dos líderes comunitários.....	38
Gráfico 3 – Profissão dos líderes comunitários.....	39
Gráfico 4 – Polícia Comunitária como modelo de polícia.....	40
Gráfico 5 – Compreensão sobre o policiamento comunitário no bairro.....	42
Gráfico 6 – Confiança na polícia após a chegada da 2ª USC.....	44
Gráfico 7 – Principais dificuldades identificadas para a aplicação do policiamento comunitário no bairro.....	46
Gráfico 8 – Identificação dos projetos e benefícios da 2ª USC no bairro.....	48
Gráfico 9 – Acesso dos líderes comunitários ao comandante da 2ª USC.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPE	Comando de Policiamento Especializado
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USC	Unidade de Segurança Comunitária
PM	Polícia Militar
MP	Medida Provisória

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ACERCA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	15
2.1	Concepções básicas	15
2.2	Características do policiamento comunitário	17
2.3	Historicidade básica do policiamento comunitário	18
3	UNIDADE DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA NO MARANHÃO	21
3.1	Concepções básicas	21
3.2	Historicidade das Unidades de Segurança Comunitária (USC)	22
3.3	Singularidades do trabalho policial nas USCs de São Luís	24
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4.1	Design da pesquisa	29
4.2	Perfil da amostra	30
4.3	Tratamento de dados	30
5	CENÁRIO DE PESQUISA	32
5.1	Surgimento do Coroadinho	32
5.2	Perfil socioeconômico dos moradores	34
5.3	Mapeamento de crime e violência	35
6	ANÁLISE DOS DADOS	37
6.1	Percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho	37
7	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES	57
	APÊNDICE A – Entrevista	58

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade é uma das temáticas que causa preocupação na sociedade em diversos âmbitos. Trata-se de um fenômeno que cresce continuamente e induz as autoridades a refletir sobre as possibilidades para conter o avanço, bem como controlar a violência e promover segurança à população. No Maranhão, a violência abrange sobretudo os bairros em que os índices de criminalidade são maiores, levando a segurança pública a passar por um drama decorrente diante dos acontecimentos das últimas décadas.

A polícia tem a função de proteger a sociedade e o policial militar é o agente estatal que fiscaliza as leis e as legitima, fazendo-as serem cumpridas de acordo com as normas jurídicas vigentes. E não é ingenuidade pensar que, os maiores conhecedores das regras jurídicas sejam os policiais, que de forma direta e constante lidam com situações em que o conhecimento jurídico seja essencial para resolução de problemas. De tal modo, os policiais militares que combatem a criminalidade no dia a dia, de forma preventiva e repressiva, que ostentam armamentos, fardamentos e viaturas caracterizadas, necessitam de um arcabouço jurídico acima da média para fazer cumprir as legislações, independentemente do nível que ocupe na corporação.

No decorrer de sua existência, a Polícia Militar atuou de forma repressiva, contra situações de crime e violência, bem como contra a desordem social, por esta razão há um certo receio, de parte da comunidade, contra as ações policiais. Porém, com o recrudescimento da criminalidade urbana, torna-se premente a presença da Polícia Militar para resguardo da ordem social, levando a agir em conformidade com os princípios dos direitos humanos, também prevenindo crime e violência.

No Maranhão, no ano de 2013, foi implantado pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar do Maranhão o projeto das Unidades de Segurança Comunitárias (USC) em áreas de risco previamente delimitadas. O motivo da pesquisa se deu em virtude dos resultados positivos que decorrem da implantação da Unidade de Segurança Comunitária e em compreender como os resultados da 2ª USC desde sua chegada no Polo Coroadinho foram benéficos à comunidade.

As Unidades de Segurança Comunitárias surgem como medidas que visam, acima de tudo, o estabelecimento de novas estratégias que ensejem maior aproximação com a comunidade, a fim de firmar parcerias. No que se refere a sua

prática de atuação, busca a resolução dos problemas e conflitos da comunidade e a promoção da cidadania por meio de suas ações. A polícia comunitária se destaca com suas ações preventivas na tentativa de assegurar maior sensação de segurança, reduzindo a criminalidade e sempre focada na proteção e promoção dos direitos humanos, melhorando todo o bem-estar da comunidade.

O Polo Coroadinho era palco da violência e criminalidade na cidade de São Luís – Ma, e por ser uma das áreas mais violentas da cidade, a implantação da Unidade de Segurança Comunitária na região foi uma forma inovadora e poderosa que concentrou energias e os talentos da esfera policial na prevenção e redução das condições que originam os crimes no Polo. Dessa forma, é relevante entender todo contexto histórico da USC para compreender suas finalidades e contribuições nas comunidades e de que forma os serviços prestados por esse policiamento proporcionou mais segurança à população.

Sabendo-se da importância que as Unidades de Segurança Comunitárias têm nos bairros da cidade de São Luís – Ma, torna-se relevante desenvolver um estudo que possa avaliar a percepção dos líderes comunitários acerca das ações desenvolvidas pela 2ª USC, ainda que em 2020 tenha sofrido alteração.

Nesse contexto, é importante mencionar que a Lei Nº 11.346, de 29 de setembro de 2020 dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policial Militar da Polícia Militar e altera dispositivos da Lei nº 10.131, de 30 de julho de 2014, da Lei nº 10.669, de agosto de 2017, e da Lei nº 10.823, de 26 de março de 2018, e dá outras providências.

Sendo assim, o Governador do Maranhão, conforme Diário Oficial de 29 de setembro de 2020, resolve:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transformada a 1ª Unidade de Segurança Comunitária (USC-Vila Luizão) em 1ª Companhia Independente da Polícia Militar.

Art. 2º Fica transformada a 2ª Unidade de Segurança Comunitária (Coroadinho) em 3ª Companhia Independente da Polícia Militar.

Dessa forma, foi problema da pesquisa: Que percepção os líderes comunitários do Polo Coroadinho possuem sobre as ações desenvolvidas pela 2ª USC para o enfrentamento de crimes e violência?

Portanto, o objetivo da pesquisa foi: Analisar a percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho acerca das ações desenvolvidas pela 2ª USC no enfrentamento de crimes e violência. Ressalta-se que devido ao atual contexto que a sociedade está vivendo, a Pandemia do Covid-19, a pesquisa teve limitações no que se refere a entrevista pessoal com a população selecionada. Nesse sentido, parte das entrevistas foram realizadas por meio de ligações para os líderes que se prontificaram a colaborar e responder a mesma.

Seguindo o raciocínio, os objetivos específicos da pesquisa foram: Identificar a finalidade precípua da PM com foco na manutenção da ordem social – polícia urbana; apresentar os índices de violência e crime preponderantes no Polo Coroadinho que demandaram a implantação da USC; abordar o policiamento comunitário e suas características; discorrer a percepção dos líderes comunitários sobre a 2ª Unidade de Segurança Comunitária como modelo de polícia.

A presente pesquisa está dividida em seis capítulos em que se faz uma retrospectiva analítica da 2ª USC do Coroadinho. O primeiro capítulo aborda acerca do policiamento comunitário, destacando suas concepções básicas, as características do policiamento comunitário e historicidade básica do policiamento comunitário.

O segundo capítulo discorre sobre a Unidade de Segurança Comunitária no Maranhão, abordando sobre suas concepções básicas, historicidade da Unidade de Segurança Comunitária (USC), bem como acerca das singularidades do trabalho policial nas USCs de São Luís.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos, destacando o design da pesquisa, perfil da amostra e tratamento dos dados. O quarto capítulo se refere ao cenário da pesquisa, discorrendo sobre o surgimento do Coroadinho, perfil socioeconômico dos moradores e mapeamento de crime e violência.

O quinto capítulo trata da análise dos resultados sobre a percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho sobre as ações da 2ª Unidade de Segurança Comunitária. Por fim, as considerações finais.

2 ACERCA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O policiamento comunitário é compreendido como uma filosofia de trabalho direcionado para a articulação da polícia com a comunidade de forma sistemática, com a finalidade de buscar resultados eficazes para controlar a criminalidade e violência. Trata-se de uma filosofia estratégica organizacional que tem o intuito de promover parceria entre a população e a polícia, fundamentada na premissa de que ambos devem trabalhar juntos na identificação, priorização e resolução de problemas da contemporaneidade, dentre estes, drogas, crimes, desordens físicas, morais e demais aspectos que envolvem a decadência da comunidade.

Nesse contexto, o presente capítulo discorrerá sobre os principais aspectos acerca do policiamento comunitário, enfatizando as concepções básicas, características do policiamento comunitário e sua historicidade.

2.1 Concepções básicas

Antes de adentrar no policiamento comunitário é importante falar sobre a finalidade essencial da Polícia Militar, que é a manutenção da ordem social e segurança. A Constituição Federal, em seu artigo 144, atribui às polícias militares (PMs) o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Isso significa que seu papel é fiscalizar e coibir atividades ilícitas de forma imediata, prevenindo crimes e fazendo com que os indivíduos respeitem a legislação, tudo isso buscando aumentar a sensação de segurança na sociedade (CASTRO, 2016).

O trabalho da Polícia Militar é feito de forma visível, sinalizado através de uniformes, viaturas caracterizadas ou distintivos de identificação dos policiais. A repressão ao crime, assim, é feita principalmente pela presença da PM – facilmente identificada – e seu potencial de coerção.

De uma forma simples, a Polícia Militar preocupa-se com os atos ilícitos em andamento ou que recém aconteceram, atua no policiamento ostensivo, na execução de prisões em flagrante, mandados de busca e apreensão, blitz e revistas. A PM pode ser acionada também para controle da população em situações de aglomeração pública como protestos, manifestações, passeatas e eventos de rua, atuando estrategicamente para evitar situações de confronto (FERREIRA, 2015).

Por outro lado, cabe ressaltar que também é finalidade da PM o planejamento, organização, supervisão, coordenação, controle e execução de ações

da polícia ostensiva. Além disso, executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado para prevenção e repressão dos ilícitos penais e infrações definidas em lei. Cabendo-lhes ainda como função precípua a atuação de maneira preventiva, repressiva ou dissuasiva em locais ou áreas específicas em que ocorra ou se presuma possível a perturbação da ordem pública (CORREA, 2016).

A polícia militar é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contendora do óbvio caos a que a sociedade está exposta na absurda hipótese de sua inexistência. Possivelmente por isso não se conheça nenhuma sociedade contemporânea que não tenha assentamento, entre outros, no poder da polícia.

Contudo, zelar, pois, diligentemente, pela Segurança Pública, pelo direito do cidadão de ir e vir, de não ser molestado, de não ser saqueado, de ter respeitada sua integridade física e moral, é dever da polícia, um compromisso com o rol mais básico dos direitos humanos que devem ser garantidos à imensa maioria de cidadãos honestos e trabalhadores (SETTE CÂMARA, 2015).

Em tempo, e não menos importante, mesmo ao reprimir, o policial oferece uma visualização pedagógica, ao antagonizar-se aos procedimentos do crime. Nos termos de inconsciente coletivo, o policial exerce função também educativa arquetípica: devendo sempre atuar corretamente, para o bem, com procedimentos e atitudes coerentes e com uma firmeza moralmente reta, oposta radicalmente aos desvios perversos do outro arquétipo que se lhe contrapõe.

Sendo assim, cabe ao policial não ser cruel com os cruéis, vingativo contra os antissociais, hediondo com os hediondos. Apenas estaria com isso, liberando, licenciando a sociedade para fazer o mesmo, a partir de seu patamar de visibilidade moral. Não se ensina a respeitar desrespeitando, não se pode educar para preservar a vida matando, não importa quem seja (PONTES, 2016).

Nesse contexto, é que o policiamento comunitário trabalha lado a lado com a comunidade, com o povo, pois é na cultura da amizade com a população que surge uma solução a ser dada com êxito para resolver a preocupante questão da violência, sobretudo nas grandes cidades. Polícia comunitária vivencia todos estes aspectos, pois as suas ações são galgadas na confiança mútua e na parceria com o cidadão em benefício da própria comunidade, primando sempre pelo bem, pela paz e redução dos índices de criminalidade.

2.2 Características do policiamento comunitário

O policiamento comunitário tem como principal justificativa a habilidade em relação aos desejos e necessidades da comunidade, além de custos baixos, redução de crimes e violência com a preservação dos direitos constitucionais básicos, preservando a satisfação da comunidade (MOORE, 2003).

Conforme o autor supracitado, uma das formas de compreender o policiamento comunitário bem como suas características é definir a própria nomeação do referido tipo de policiamento que traz como qualificativo o policiamento comunitário. O mesmo autor destaca três aspectos importantes, o primeiro que se refere a uma comunidade política com normas comuns e codificadas de acordo com leis comuns e com apoio dos cidadãos.

O segundo diz respeito a um tipo de policiamento que considera a comunidade um recurso relevante a ser atingido com o propósito de se alcançar a redução da criminalidade. Nesse contexto, o apoio da comunidade deve ser cultivado como um objetivo operacional do policiamento, mas esta é considerada uma concepção incompleta e com equívocos, tendo em vista que a comunidade não pode ser vista somente como recurso para controle da criminalidade. O policiamento comunitário deve priorizar e assistir a comunidade como um todo, identificando e atendendo suas reais necessidades, ou seja, a comunidade deve ser um fim a ser alcançado pela Polícia e controlar os crimes deve ser uma das formas de conseguir o mesmo (MOORE, 2003).

O terceiro refere que o policiamento comunitário é uma filosofia, uma estratégia organizacional onde se propõe meios alternativos e eficazes para realização dos objetivos, bem como o controle do crime, violência e desordem. Alternativas que são identificadas com o auxílio da população, dos problemas que mais causam incômodos à comunidade, para finalmente buscar soluções adequadas para cada tipo de situação.

O policiamento comunitário tem como pressuposto uma parceria com a população, identificando os problemas locais e planejando estratégias que podem ser utilizadas em cada tipo de situação. Assim, para lidar com a gama de problemas e diversidades, a polícia comunitária carece de autonomia e liberdade para realizar suas atividades cotidianas na comunidade (FERREIRA, 2015).

Além disso, o policiamento comunitário possui características importantes, dentre as quais estão a relação de confiança com a comunidade e a polícia, a descentralização da atividade policial, a ênfase dos serviços não emergenciais e a ação integrada entre diferentes órgãos e atores. A implantação da polícia comunitária é relevante, visto que a mesma representa um impacto positivo para a comunidade, por promover sensação de segurança, bem como benefícios que decorrem da implantação desse modelo de policiamento não somente para a comunidade em si, mas também para os policiais (POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, 2009).

O policiamento comunitário tem suas ações integradas com a comunidade, desenvolvendo trabalhos preventivos. E sendo assim, na área de segurança pública Rolim (2009, p. 113) classifica a prevenção em três níveis:

[...] prevenção primária, na qual as medidas e as políticas públicas têm como alvo a comunidade inteira; a prevenção secundária, em que medidas e políticas orientam-se para a proteção de pessoas com alto risco de se iniciarem na delinquência; e a prevenção terciária, cujo alvo específico são aqueles que já iniciaram um processo de criminalização.

Trata-se de níveis que devem ser conhecidos pelo Aparelho Estatal e estão em conformidade com a filosofia da polícia comunitária que se fundamenta na promoção da aproximação entre os profissionais da segurança pública e a comunidade, constituindo uma estratégia em que a polícia possa atuar diferentemente do modelo tradicional, com uma perspectiva e inovadora visão operacional e estratégica.

2.3 Historicidade básica do policiamento comunitário

Acerca da historicidade do policiamento comunitário, seu surgimento se deu inicialmente no Japão, considerado um dos mais antigos do mundo. Teve sua criação no ano 1879, composto por uma grande rede de postos policiais, totalizando 15.000 que na época ficaram conhecidos como Kobans e Chuzaishos.

Conforme Silva (2006) no Japão, a relevância dada ao policiamento comunitário e conseqüentemente suas prioridades são sempre seguidas e cumpridas, visto que quando não é possível investigar todos os crimes ocorridos, são realizados investimentos que possam prevenir crimes e acidentes, aspecto que proporciona um aumento significativo na confiança da população nas autoridades policiais e leis. Nesse sentido, a polícia se encarrega de localizar o núcleo do problema para que uma resposta rápida seja dada e que esta seja eficaz para incidentes relacionados a crimes

e emergências, sempre com a finalidade de desenvolver novas ações preventivas, antes que estes possam se tornar mais graves.

No início do século XXI, mediante às inúmeras transformações ocorridas na Inglaterra, surgiu um novo modelo de policiamento que trouxe a polícia pública e estatal, se opondo à subordinação e controle político exercido sobre a polícia. Em Londres, fora um marco histórico, pois mudou a forma como a polícia se comportava em relação à população, visto que a mesma por ser comunitária, aumentou a confiança e cooperação entre ambos (LIMA, 2011).

Nos Estados Unidos, os primeiros indícios foram entres os anos de 1914 a 1919 pelo incentivo do comissário da Polícia de Nova York, *Arthur Woods*, que realizava um trabalho sobre a importância do contato dos policiais com a comunidade, mas suas ideias não foram consolidadas e foram restritas ao momento que este esteve na direção. Posteriormente, após sua saída, suas ideias não foram mais colocadas em prática, levando o departamento à regressão e conseqüentemente à corrupção política e policial (MARCINEIRO, 2009).

No Brasil, com o surgimento da polícia comunitária, as organizações policiais começaram a promover inovações com o objetivo de transformar, além da sua estrutura e seu funcionamento, sua relação com a sociedade. Assim, com a finalidade de proporcionar uma aproximação direta e permanente junto à comunidade, o policiamento comunitário, tem como foco principal a inclusão de uma nova forma de pensar e agir nas polícias modernas, enfatizando a união entre polícia e sociedade, e colocando em prática as estratégias preventivas de controle e redução da criminalidade.

Em território brasileiro, a promoção de experiências e inovações visando transformar a estrutura e funcionamento da polícia, bem como sua relação com a sociedade se deu durante a transição para a democracia, particularmente após a eleição direta dos governadores de estado em 1982. Os primeiros estados a implantarem a polícia comunitária foi São Paulo, no ano de 1990 e posteriormente o Rio de Janeiro, no ano de 1993. Ambos os estados permanecem até os dias atuais em parceria com a comunidade (COSTA, 2014).

Os demais estados brasileiros foram implantando a polícia comunitária baseada nos modelos existentes nos estados referidos, destacando como casos de sucesso a polícia comunitária de Bauru e Ribeirão Preto que funcionava junto ao

Comando Geral. No Maranhão, a primeira Unidade de Segurança Comunitária foi criada na cidade de São Luís no ano de 2014 no bairro Vila Luizão.

Sendo assim, os coronéis que participam, ou participaram no passado, da direção da Comissão Estadual de Polícia Comunitária, são também comandantes de área e têm sob seu comando unidades operacionais da Polícia Militar. Estão, portanto, em uma posição privilegiada para promover a implantação do policiamento comunitário nos diversos estados do território brasileiro, influenciando a natureza das experiências e inovações promovidas pela Polícia Militar nesta área (MORAES, 2015).

É importante mencionar que quanto ao policiamento comunitário, existe o de proximidade que tem a finalidade de impedir ação criminosa, detendo os agentes antes do crime acontecer. É um trabalho de polícia imbuída do espírito de prevenção, e consciente de que essa árdua tarefa depende, fundamentalmente, da adoção de estratégias preventivas que envolvam toda a sociedade. E o policiamento comunitário tradicional com objetivo combater o crime assim que o delito foi cometido, sempre baseando-se nos princípios fundamentados.

Esse tipo de policiamento proporcionou para a população a possibilidade de participação em discussões acerca da segurança e possibilidade de auxiliar na determinação de prioridades e estratégias de ações que previnem a violência e criminalidade, com participação da comunidade e olhar do policial. Além disso, a comunidade compartilha com a polícia as responsabilidades inerentes a segurança de cada região onde o policiamento comunitário se faz presente.

A Constituição estabelece em seu artigo 114 que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos. Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias (GUIMARÃES, 2014).

Em tempo, ressalta-se que nas sociedades democráticas, as polícias tem a função de desempenhar diversas funções, em especial no que diz respeito a segurança e bem-estar da sociedade. Além disso, cabe aos cidadãos o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado. Portanto, o policiamento comunitário tem sido considerado uma alternativa viável para realização de trabalho em conjunto.

3 UNIDADE DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA NO MARANHÃO

A Unidade de Segurança Comunitária no Maranhão trouxe aspectos positivos para o estado e os bairros, em especial na questão da segurança pública, pois possibilitou que as parcerias entre comunidade e polícia fossem fortalecidas com a atuação da USC. Possibilita à polícia vivenciar os anseios da comunidade e discutir com os moradores os problemas inerentes a segurança pública, evitando o policiamento tradicional que maior parte das vezes tem ações reativas.

Através da parceria entre moradores e policiais militares, a comunidade consegue perceber que segurança pública não é apenas um problema da Polícia Militar. Sendo assim, a Unidade de Segurança Comunitária veio para somar com a comunidade e discutir com a população as estratégias mais cabíveis.

O presente capítulo discorrerá acerca das concepções básicas da Unidade de Segurança Comunitária, destacando sua historicidade e singularidades na cidade de São Luís – Ma, mais especificamente no Polo Coroadinho.

3.1 Concepções básicas

A implantação do projeto da USC no Maranhão teve como referência as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) da cidade do Rio de Janeiro. A escolha dos bairros selecionados para a implantação da USC fora baseada em estudos realizados pela Secretaria de Segurança Pública, e que levaram em consideração os maiores índices de criminalidade.

Sendo assim, a 1ª USC teve sua criação através da Lei nº 9795/2013, com publicação no Diário Oficial nº 72 de 15 de abril do mesmo ano. Inicialmente, a coordenação foi realizada pelo Comando de Segurança Comunitária – CSC, que contava com profissionais e materiais específicos, realizando mediante outros órgãos do governo campanhas inerentes a inclusão social e projetos que envolviam formação profissional.

Há de se reconhecer que a sociedade convive com medo constante, algo que não é mera ilusão, uma insegurança que se instaura nos estados brasileiros, de gravidade tamanha que decorre do aumento de homicídios, roubos, tráfico de drogas, e inúmeros outros crimes que se fazem presentes e colocam a população em risco. (SOARES, 2013).

A insegurança e seus reflexos na sociedade são cada vez mais evidentes, e em virtude dos índices altíssimos de criminalidade, muitos cidadãos alteram seu estilo de vida, investem cada vez mais em segurança eletrônica e moradias que se tornam prisões, onde os próprios moradores são prisioneiros de suas residências, aspectos que se solidificam ainda mais à proporção que a violência aumenta.

No entanto, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a sensibilidade acerca das demandas sociais do país passaram a ser maiores, pois houve aumento da participação da população em instrumentos efetivadores que possibilitaram que a sociedade participasse de muitas questões. Nesse âmbito, a segurança pública foi um dos destaques, considerada essencial pelos atores políticos da esfera municipal, estadual e federal (MORAES, 2015).

Conforme previsto no artigo 6º da Carta Magna de 1988, segurança é um dos direitos fundamentais e sociais, portanto, cabe ao Estado a elaboração e execução de políticas públicas, e que as mesmas sejam também efetivadas e possam diminuir os índices de criminalidade por meio de um modelo aberto que permita a participação da população, amortizando a sensação de insegurança que ronda toda sociedade.

Frente esse contexto, a segurança pública do país e do Maranhão, na tentativa de prevenir crimes e intensificar a prevenção de possíveis ocorrências, viram no policiamento comunitário uma forma de promover segurança a quem por muitos anos conviveu com o medo de sair de sua casa. O policiamento comunitário passou a ser visto como uma alternativa capaz de proporcionar melhorias no atual contexto (PONTES, 2016).

Sendo assim, a USC quando integrada à comunidade tem maior facilidade para obter informações e identificar as condições e causas da criminalidade na área em que estiver atuando. Essa integração facilita, portanto, que a polícia defina um plano de estratégia a ser utilizado, pois seus policiais estarão aptos a identificar o foco e de onde surgem os problemas mais frequentes dessa determinada área.

3.2 Historicidade das Unidades de Segurança Comunitária (USC)

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta terça-feira (26), o texto da medida provisória 145/2013, de autoria do poder Executivo Estadual, dispondo sobre a criação do Comando de

Policiamento Especializado (CPE) na estrutura básica da Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA), e duas Unidades de Segurança Comunitária (USC) para os bairros Vila Luizão e Coroadinho. De acordo com a Medida Provisória, o Comando de Policiamento Especializado (CPE) será subordinado ao Comando-Geral da Polícia Militar, e será responsável pela preservação da ordem pública, em apoio aos demais comandos intermediários ad corporação, com circunscrição em todos os municípios do Estado do Maranhão (PMMA, 2014).

A Medida Provisória do poder Executivo Estadual diz ainda que ficam criadas na estrutura da Polícia Militar do Estado do Maranhão duas Unidades de Segurança Comunitária (USC) em São Luís, a serem instaladas na Vila Luizão e no bairro do Coroadinho, subordinadas ao Comando de Policiamento Especializado e que conseqüentemente atuarão nos referidos bairros (MARANHÃO, 2013).

Juntamente com Batalhão de Missões Especiais (BME), o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), Companhia de Polícia Rodoviária Independente (CPRv), as Unidades de Segurança Comunitária da Vila Luizão e do Bairro do Coroadinho são diretamente subordinadas ao CPE. Conforme a MP, compete ainda ao CPE o planejamento, comando, coordenação, fiscalização e controle operacional e administrativo dos órgãos e unidades subordinadas, de acordo com as diretrizes e ordem do Comando-Geral da PM. A função de comandante do policiamento especializado será exercida por um coronel QOPM (MARANHÃO, 2013).

A 2ª Unidade de Segurança Comunitária foi criada, inicialmente, por meio da Medida Provisória nº 145, de 25 de fevereiro de 2013, posteriormente convertida na Lei nº 9795, de 15 de abril daquele mesmo ano. Posteriormente, através da Lei nº 10131, de 30 de julho de 2014, a 2ª USC passou a ser subordinada ao recém-criado Comando de Segurança Comunitária (CSC) (PMMA, 2014).

Criada com o intuito de implementar de maneira efetiva a doutrina do policiamento comunitário na estrutura da Polícia Militar do Maranhão, a 2ª USC ficou encarregada do policiamento na área conhecida como Polo Coroadinho, que quando da criação desta unidade, e até os dias atuais, ainda era uma área que carecia de atenção especial por parte dos órgãos segurança pública. Assim, visando aumentar a presença da polícia no Polo Coroadinho, o modelo de policiamento comunitário foi a ferramenta escolhida para auxiliar no controle da criminalidade e propiciar a melhoria significativa na qualidade de vida da população que reside naquela região.

A 2ª Unidade de Segurança Comunitária esteve sob o Comando do Major QOPM Raimundo Mulundu Martins Serra Junior e através de sua gestão, com o apoio do Comandante Geral da PMMA e do Comandante CPAM/3, conseguiu a redução anual dos índices, sobretudo das taxas de homicídios, que tiveram uma redução de 35,8% em comparação com o primeiro ano de funcionamento da 2ª USC (PMMA, 2014).

3.3 Singularidades do trabalho policial nas USCs de São Luís

O trabalho do policial nas Unidades de Segurança Comunitárias na cidade de São Luís – Ma consiste em um trabalho diferenciado, pois ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população. Em locais onde essa relação encontra-se deteriorada ou não existe, o primeiro esforço deve ser para desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação e a confiança entre ambos (PMMA,2014).

Trata-se de uma atividade pautada na união de esforços com os programas comunitários, que tem a finalidade de aumentar o número de atores envolvidos e as oportunidades para discutirem e identificarem as origens dos problemas, propor metas e estratégias mais eficazes e menos custosas para solucioná-los, pressionar o poder público para a mobilização dos recursos necessários e supervisionar os resultados das ações realizadas. De acordo com Ferreira (2015, p.34):

As atividades inerentes ao policiamento comunitário geralmente são integradas às comunidades, desenvolvendo um trabalho preventivo. Prevenção que pode ser realizada em três níveis: A prevenção primária, na qual as medidas e as políticas públicas têm como alvo a comunidade inteira; a prevenção secundária, em que medidas e políticas orientam-se para a proteção de pessoas com alto risco de se iniciarem na delinquência; e a prevenção terciária, cujo alvo específico são aqueles que já iniciaram um processo de criminalização.

Esse modo de trabalho é bastante eficiente, porque ao se antecipar aos problemas é muito mais fácil, rápido e barato resolvê-los do que quando estes se tornam crônicos. Além de gerar uma economia de recursos, podem apresentar resultados concretos aos envolvidos.

Segundo Pontes (2016) com o policiamento comunitário as questões de segurança são tratadas junto com a população, tanto na definição de quais devem ser as prioridades da polícia, como as estratégias de policiamento que querem ver implementadas. Nesse modo de policiamento, a polícia além de prestar contas de

suas atividades e resultados às autoridades legais, presta também contas aos cidadãos a quem atende.

A Unidade de Segurança Comunitária de São Luís – Ma é, em verdade, a construção de um relacionamento sólido e cooperativo entre a polícia e a sociedade, ambas trabalham juntas realizando atividades que favorecem o bem comum da comunidade. Como já referido anteriormente, consiste em atividades preventivas que envolvem a violência e criminalidade. A figura 1 mostra o Brasão da Unidade de Segurança Comunitária (PMMA,2014).

Figura 01 – Brasão Unidade de Segurança Comunitária



Fonte: PMMA (2014)

Essa visão proporcionada pelo policiamento comunitário, fundamenta um policiamento preventivo adequado, evitando a prática criminosa, bem como facilitará as investigações desenvolvidas pela Polícia Civil e conseqüentemente a elucidação dos mais diversos delitos. Além disso, é importante referir que a conexão entre polícia comunitária e comunidade é considerada essencial, íntima e necessária para que o modelo de policiamento comunitário possa ser efetivado.

Para Pontes (2016, p.25):

Tanto a polícia quanto o público têm um papel a desempenhar na prestação do serviço policial. Os policiais estão envolvidos no policiamento durante a rotina do policiamento de reação (por exemplo, no contato com o público depois de uma denúncia de crime [...]) e durante o policiamento proativo (por exemplo, no contato com o público como uma das partes que compõem o policiamento comunitário, tais como consulta da comunidade ou prevenção ao crime). O público está envolvido no policiamento durante o policiamento

reativo (por exemplo, denunciando crimes ou incidentes para a polícia) e nas contribuições que pode dar durante o policiamento proativo (por exemplo, no seu envolvimento como uma das partes do policiamento comunitário)

A partir do trabalho realizado pelo policiamento comunitário é possível perceber que o empenho em conjunto é capaz de surtir efeitos positivos, em especial por ser um trabalho pautado na realização de atividades e estratégias que englobam programas para jovens, tais como educação, lazer, mutirões de limpeza, conservação de áreas deterioradas, dentre outras atividades.

Como já visto, o policiamento comunitário tem sido relevante no estado. Nesse sentido, é relevante frisar que a 2ª Unidade de Segurança Comunitária do Polo Coroadinho planejou operações e desenvolveu projetos, dentre estes, Coroadinho Seguro, Tornado, Paz Social e Projeto União Somos Coroadinho que seguem sendo realizados até os dias atuais pela 3ª Companhia Independente. A figura 2 e 3 mostram a sede da USC Polo Coroadinho.

Figura 2 – Sede da 2ª USC Polo/Coroadinho



Fonte: Serra (2019)

A figura 3 mostra a fachada da Unidade de Segurança Comunitária do Polo Coroadinho sob outro ângulo.

Figura 3 – Sede da 2ª USC/Polo Coroadinho



Fonte: Serra (2019).

Conforme Serra (2019) uma das principais operações planejadas pela 2ª USC foi o Coroadinho Seguro. Sua finalidade era integrar as forças de trabalho dos policiais da 2ª USC, intensificando as abordagens nas áreas críticas do Polo Coroadinho, assim como a fiscalização das licenças de bares e locais de eventos, objetivando coibir o funcionamento de estabelecimentos irregulares.

Já a operação Tornado tem como objetivo realizar uma contenção no aumento da criminalidade do referido Polo, e foi colocada em prática com a finalidade de coibir o porte de armas de fogo, bem como tráfico de drogas, furtos, roubos e demais crimes. Nessa operação realizava-se abordagem à veículos e transeuntes, bem como prisões e apreensões. As abordagens são intensificadas no Alto São Sebastião, Vila Conceição, Vale Verde, Vila Natal/Pocinha e Morro do Zé Bombom. Com essas ações, busca-se promover o policiamento preventivo e ostensivo, com vistas a retirar de circulação, automóveis em situação irregular, armas de fogo e drogas, bem como oferecer, ainda, maior sensação de segurança aos cidadãos.

Outro projeto importante e que deu certo é o da Paz Social. Surgiu devido os altos índices de crimes violentos, é realizado durante qualquer mês do ano e opta-se por intensificar as ações policiais nas áreas onde foram verificadas ocorrências de vulto, aumentando a presença policial militar nos locais de risco e de grande movimentação de pessoas. Assim, busca-se a preservação da ordem pública e o aumento da sensação de segurança da comunidade, através de ações policiais

integradas e firmadas nos princípios legais que regem a atividade de segurança pública.

Por fim, e não menos importante, o Projeto União Somos Coroadinho que é considerado uma das referências no estado do Maranhão na política de integração com as comunidades. Trata-se de um projeto que é pautado no crescimento espiritual, na educação, esporte, ética e resgate de valores sociais. Ocorre no Polo Coroadinho e reúne a comunidade com o propósito de fortalecimento do vínculo existente entre a educação e a segurança pública.

Ainda em tempo, ressalta-se que embora a Lei N° 11.346, de 29 de setembro de 2020 que dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policial Militar da Polícia Militar, em seu artigo 2º tenha transformado a 2ª USC em 3ª Companhia Independente, os projetos e operações planejados são considerados importantes no Polo Coroadinho, uma herança deixada pelo policiamento comunitário através da 2ª USC, pois foram essenciais para a redução dos crimes que ocorriam nos bairros e por que motivo, permanecem sendo executados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos da pesquisa foi necessário realizar um projeto traçando cada etapa da pesquisa, desde os objetivos que seriam desenvolvidos, a população entrevistada e os questionamentos que seriam realizados para posteriormente desenvolver o presente trabalho monográfico.

As pesquisas são sempre relevantes e tem a capacidade de proporcionar retorno à sociedade, em especial quando são realizadas com estas, pois auxiliam nos mais diversos âmbitos, seja no campo da saúde, na esfera profissional e na segurança pública, como no referido trabalho.

Nesse contexto, desenvolver uma pesquisa científica é um dos instrumentos essenciais para que sejam propagados conhecimentos, visto que estimula a busca de respostas para os fenômenos observados, instiga novas descobertas e auxilia na melhoria dos diversos campos envolvidos em uma pesquisa, e no presente estudo, contribui com melhorias para a sociedade (GIL, 2008).

Assim, ao se desenvolver uma pesquisa científica ela poderá contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, possibilitando responder à questionamentos que envolvem a ciência e a sociedade.

4.1 Design da pesquisa

A pesquisa interpretativa tem a finalidade de compreender o mundo sob o ponto de vista dos envolvidos, atores, em nível de experiência subjetiva. Dessa forma, o meio social é um processo criado pelos envolvidos, onde a realidade tem como pilar consenso entre os intérpretes e os autores (GIL, 2008).

Referindo-se a pesquisa com abordagem qualitativa, trata-se de um método exploratório que tem como finalidade o caráter subjetivo de um objeto analisado. Busca a compreensão de uma determinada população, com vistas ao estudo de particularidades e experiências individuais. Geralmente é uma pesquisa realizada com uma população relativamente pequena, onde as respostas não são objetivas, não existe uma contabilização exata para as respostas (GIL, 2008).

Em relação a análise do discurso, Gil (2008) refere que se trata de um método que tem além do objetivo de apreender com a transmissão de uma mensagem, a exploração do seu sentido. Assim, realizar uma análise do discurso

implicará em considerações relacionadas ao emissor e receptor de uma mensagem, assim como o contexto em que esse discurso se insere.

A pesquisa será interpretativa, qualitativa e com análise do discurso onde serão interpretadas as respostas dos participantes. Quanto aos instrumentos da pesquisa, foi aplicada entrevista semiestruturada contendo 10 questões, dentre estas, objetivas e subjetivas aplicadas aos líderes comunitários do Polo Coroadinho de ambos os gêneros que aceitaram participar da pesquisa.

Nesse contexto, responder a uma entrevista se refere a um trabalho com conversa casual em que o entrevistado se propõe a participar, assegurando-lhe o resguardo do sigilo e privacidade. No modelo proposto, deixa de existir um sujeito de pesquisa, para haver um cidadão que se propõe, espontaneamente, a colaborar com a formação acadêmica de um aluno entrevistador.

4.2 Perfil da amostra

O desenvolvimento do projeto da presente pesquisa foi pautado nas ações realizadas pela 2ª Unidade de Segurança Comunitária no Polo Coroadinho e conseqüentemente localizada no bairro Bom Jesus/Coroadinho que tem 43 anos de existência e que era considerado um bairro com alto índice de violência antes da implantação da Unidade de Segurança Comunitária.

O presente projeto foi direcionado para o Polo Coroadinho, por se tratar da importância que a USC teve na redução dos índices de violência e criminalidade, realizando não somente o papel de zelar pela segurança da comunidade, mas de trabalhar em conjunto com os líderes comunitários para a melhoria do bairro Coroadinho e demais bairros que compõem o Polo, proporcionando maior tranquilidade para que os moradores pudessem transitar e viver sem medo da violência que por muitos anos marcou o mesmo.

Nesse contexto, optou-se por selecionar 10 entrevistados que são líderes comunitários. A população envolvida na pesquisa é de ambos os gêneros, com a exigência de que estes estejam cumprindo a referida função desde a implantação da referida USC.

4.3 Tratamento de dados

Antes do tratamento de dados de uma pesquisa, ela conta com um momento crucial que é o recolhimento dos dados, sendo uma das primeiras etapas do

estudo. A seguir, o tratamento e análise dos dados possibilitam sua codificação, categorização e agrupamento dos dados em uma base de dados, e em conformidade com o sentido, bem como adequada aos objetivos e hipóteses investigadas. (GIL, 2008)

O mesmo autor refere que a análise dos dados diz respeito a um processo que tem o objetivo de inspecionar, limpar, transformar e modelar dados com a finalidade de descobrir informações que possam ser relevantes e úteis, informar conclusões e conseqüentemente auxiliar em processos de tomada de decisão.

A descrição interpretativa consiste numa abordagem analítica indutiva, projetada com a finalidade de criar maneiras de compreender os aspectos relacionados à vivência de uma descrição, que produzem conseqüências para o contexto da sociedade. Destaca-se como um método de pesquisa qualitativa capaz de gerar conhecimento disciplinar confiável e significativo, permitindo a evolução da aplicação metodológica (GIL, 2008).

Dessa forma, os dados foram analisados, interpretados, revisados e descritos. Posteriormente, estes foram expostos nos resultados da pesquisa e discutidos. Em relação às respostas das entrevistas junto aos líderes comunitários do Polo Coroadinho, as informações levantadas foram interpretadas e expostas em forma do gráfico de pizza exclusivo da abordagem qualitativa.

5 CENÁRIO DE PESQUISA

A cidade de São Luís - Ma teve um crescimento econômico de 2,9% em 2018, a maior alta em todo o Nordeste e também acima da média do Brasil, que ficou em 1,8%. Esse é o segundo ano seguido em que o PIB do Maranhão se destaca nacionalmente. Em 2017, a economia maranhense tinha crescido quatro vezes mais que a nacional.

A infraestrutura da cidade ainda é considerada sem muitos avanços, apresentando uma pequena melhora na construção de novas praças e pontos de ônibus, mas ainda existem muitas áreas da cidade a serem melhoradas. Além disso, o índice de desemprego na cidade ainda é alto, e com a pandemia do Covid-19 o número de pessoas desempregadas aumentou consideravelmente. Aspectos estes que contribuem para o aumento dos índices de criminalidade na cidade, visto que a falta de oportunidade leva pessoas em busca de alternativas, favorecendo o cometimento de crimes.

5.1 Surgimento do Coroadinho

De acordo com a Lei Municipal Nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992, que refere sobre parcelamento, zoneamento, utilização de solo urbano da cidade de São Luís – Ma, o bairro Coroadinho está situado em Zona de Interesse Social 1, constituída por “áreas ocupadas espontaneamente por assentamentos habitacionais da população de baixa renda, onde existe interesse social em se promover a regularização jurídica da posse da terra e a sua integração na estrutura urbana (MAIA, 2015). Portanto, uma área maciçamente povoada por trabalhadores com baixa qualificação profissional que vieram do interior do estado em busca de oportunidades.

Em averiguação ao texto da Lei, é possível perceber que, em 1992, a área do Coroadinho está compreendida entre a Zona Residencial 2 – Pindorama – e a Linha de Alta Tensão da Eletronorte (128 kV), situada nos limites da Zona de Reserva Florestal – ZRF, no lugar Sacavém. O interesse social de regularização do uso do solo urbano, nesta área específica, pode ser explicado pelo crescimento urbano das últimas duas décadas (MOTA, 1990; FRÓES, 2004).

Trata-se de uma “área de ocupação espontânea”, cuja posse não está regulamentada juridicamente. Essa situação leva a indefinições quanto ao controle do

território que se encontra em permanente expansão, sendo, portanto, objeto de disputa por vários agentes sociais. Numa descrição, Fróes (2004, p.24) afirma que:

O bairro Coroadinho conforme o passar dos anos foi se popularizando, e a proporção que o mesmo era habitado cresciam também os problemas sociais e a preocupação dos agentes sociais com a população que crescia cada vez mais, pois se tratava de uma área habitada por indivíduos que enfrentavam problemas sociais, como desemprego e falta de moradia.

Conforme Mota (2014) o bairro do Coroadinho encontra-se situado no curso superior do rio das Bicas, subafluente do Rio Bacanga. Limita-se com os seguintes bairros: Norte, Outeiro da Cruz; ao Sul, com a Avenida Presidente Médice; a Leste, com o bairro do Sacavém e a Oeste, com o bairro do Filipino.

O início da ocupação da região se dá a partir da década de 1940, quando os primeiros moradores, oriundos do interior do Estado do Maranhão e outros estados começam a chegar à área. Os terrenos começam a sofrer a interferência do espaço urbano no final da década de 60 quando diversas obras são realizadas em suas proximidades, de parte de uma iniciativa maior do governo, na tentativa de modernizar o Estado do Maranhão. (MOTA, 2014, p14)

A década de 1980 foi marcada por conflitos dos moradores com a polícia e com outras esferas do poder público, uma vez que muitas “personalidades públicas” (parlamentares, empresários, funcionários públicos, advogados) reivindicaram a propriedade das terras ocupadas pelos moradores da região. Essa situação não difere muito do que acontecia em outras áreas de ocupação espontânea em São Luís, pois, conforme sugere Pereira Júnior (2015), o quadro habitacional da ilha de São Luís apresentava, a esta época, graves problemas caracterizados pelo elevado número de pessoas vivendo em moradias consideradas impróprias para habitação.

Conforme Mendes (2009) em 1978, uma pesquisa realizada pela então Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão / SEPLAN-MA, com o apoio das Organizações das Nações Unidas, apontou que cerca de 58% dos domicílios urbanos da ilha de São Luís foram classificados como ‘duráveis’ e os 42% restantes considerados ‘rústicos’ e ‘improvisados’.

Dessa maneira, a pesquisa apontara que, quase metade das habitações urbanas (ou o equivalente a mais de 37.000 domicílios), eram classificadas como deficientes, estando estas concentradas na periferia de São Luís, mais especificamente nas áreas de manguezais entre os rios Anil e Bacanga e nas áreas ditas de ‘invasão’ em terra firme (mais de 30% do total dos domicílios) (MAIA, 2015).

Por sua vez, ao caracterizar o processo de ocupação do bairro, Fróes (2004, p.58) afirma que:

O Coroadinho surgiu por volta do ano de 1976, durante o governo de João Castelo. O terreno é pantanoso, com uma grande mata secundária, da qual os primeiros ocupantes tiveram que retirar a madeira. O bairro se forma à margem do rio das Bicas. As famílias, em sua maioria, vindas do interior do Estado em busca de melhores condições de vida. Após a ocupação, a população começou a se expandir e outras áreas foram ocupadas dando origem a 16 (dezesesseis) vilas e aglomerações que formam o bairro, os quais são: Coroadinho, Vila dos Frades, Bom Jesus, Primavera, Sítio do Pica Pau Amarelo, Vila Conceição, Vila dos Nobres, Vila Natal, Vila Atêncio Queiroga, Vila São Sebastião, Terra Preta, Alto da Bela Vista, Alto do São Francisco, Alto do Parque Timbiras, Vila Maruim e Vila Nice Lobão.

Sendo assim, há de reconhecer que o bairro Coroadinho e sua ocupação pela população foi notável, tornando-o a maior favela da cidade de São Luís, onde a maioria das pessoas que ocupavam ele era pela falta de moradia, muitas destas, vindas do interior e que até os dias atuais são moradores da comunidade.

5.2 Perfil socioeconômico dos moradores

Segundo o IBGE (2012), o Polo Coroadinho ocupa a 4ª posição no ranking nacional das maiores favelas do Brasil. Com esses índices, o bairro da capital maranhense, ficou colocado como a maior favela de todo Norte-Nordeste. Um total de 11.425.644 de pessoas, o equivalente a 6% da população do país, ou pouco mais que a população inteira de Portugal ou mais de três vezes a do Uruguai. Esse é o total de quem vive, atualmente, no Brasil em aglomerados subnormais, nome técnico dado pelo IBGE para designar locais como favelas, invasões e comunidades com, no mínimo, 51 domicílios.

O perfil socioeconômico do bairro Coroadinho é constituído por pessoas desempregadas, assalariadas, onde 70% ganham menos de um salário mínimo. Sem condições de morar no centro da capital, pelo custo de vida e condições de sobrevivência, acabam por invadir terras privadas ao redor do centro e passam a morar em habitações precárias, sem infraestrutura de água, energia, esgoto, rede hospitalar, educação, entre outras condições básicas e dignas (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

5.3 Mapeamento de crime e violência

Na década de 80, houve o fenômeno da violência urbana, com crescimento explosivo da criminalidade como nunca visto antes no país. Esse fenômeno teve seus reflexos bem notáveis em diversas cidades e favelas do país. No bairro do Coroadinho os índices foram notáveis, e além do bairro se tornar palco de violência, também passou a ser sinônimo de criminalidade em todo o Estado do Maranhão a partir daquela década até os dias atuais (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Assim, tanto pelo seu rápido crescimento, como pela sua origem e evolução e principalmente pelo abandono do estado no que tange as políticas públicas voltadas para as necessidades básicas dos moradores dessa região, é que os altos índices de criminalidade tem sido uma constante diária neste bairro.

Segundo uma pesquisa realizada pela ONG Instituto Cidadania Ativa no ano de 2015, pelo menos 65% dos jovens estão envolvidos em crimes ou consomem algum tipo de droga. Além disso, a existência de facções criminosas, que se fazem presentes nos presídios, avançaram para os bairros e aumentaram os índices de criminalidade em bairros como o Coroadinho.

No entanto, cabe frisar que o quadro de violência e criminalidade no bairro Coroadinho sofreu mudanças significativas, pois desde a implantação no ano de 2014, a 2ª Unidade de Segurança Comunitária (USC), localizada no Bairro do Bom Jesus/ Coroadinho, acumula resultados positivos no quesito segurança pública em virtude também do trabalho conjunto entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Comunidade.

Os resultados apontam redução de 43% no ano de 2019 da violência em comparação a 2017. Sabe-se que, durante muitos anos o Coroadinho recebeu o estigma de bairro mais violento na capital, mas com as ações desenvolvidas pela 2ª USC integradas com o 10º Distrito Policial (DP), com as tropas especializadas e convencionais, e com o Grupo de Serviço Avançado (GSA) as operações policiais contra o crime se tornaram constantes, mudando o cenário na região (PMMA, 2019).

A tabela 1 mostra detalhadamente as principais ocorrências de 2015 a 2019.

Tabela 1 – Comparativo das ocorrências no Polo Coroadinho

OCORRÊNCIAS	2015	2016	2017	2018	2019
Homicídios	49	29	37	21	15
Roubos	23	34	34	29	26
Prisões por tráfico de drogas	35	44	44	25	53
Apreensão de drogas (kg)	1,100 kg	1,800 kg	12,100kg	1,900kg	1,200kg
Apreensão de armas de fogo	25	19	14	9	20
Veículos roubados recuperados	25	36	42	44	27
Cumprimento de mandado de prisão	1	2	2	1	22

Fonte: PMMA (2019)

É importante mencionar que as referidas ocorrências foram descritas de 2015 a 2019 para algumas ocorrências, tais como os homicídios e roubos. Em tempo, ressalta-se que em relação ao número de prisões por tráfico de drogas houve um aumento de 51%; um total de 18,1 kg de diferentes tipos de drogas apreendidas, 82 armas de fogo apreendidas e tiradas de circulação, um total de 174 veículos roubados recuperados e grande aumento no número de foragidos de justiça capturados (PMMA, 2019).

É perceptível que a chegada da Unidade de Segurança Comunitária no Polo Coroadinho somente contribuiu positivamente com a redução da criminalidade, aspectos que foram importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa no intuito de analisar o quão esse modelo de policiamento tem a contribuir também com a comunidade.

Dessa forma, o capítulo a seguir discorrerá acerca da análise dos resultados da pesquisa realizada com os líderes comunitários sobre as percepções em relação as ações da Unidade de Segurança Comunitária do Polo Coroadinho.

6 ANÁLISE DOS DADOS

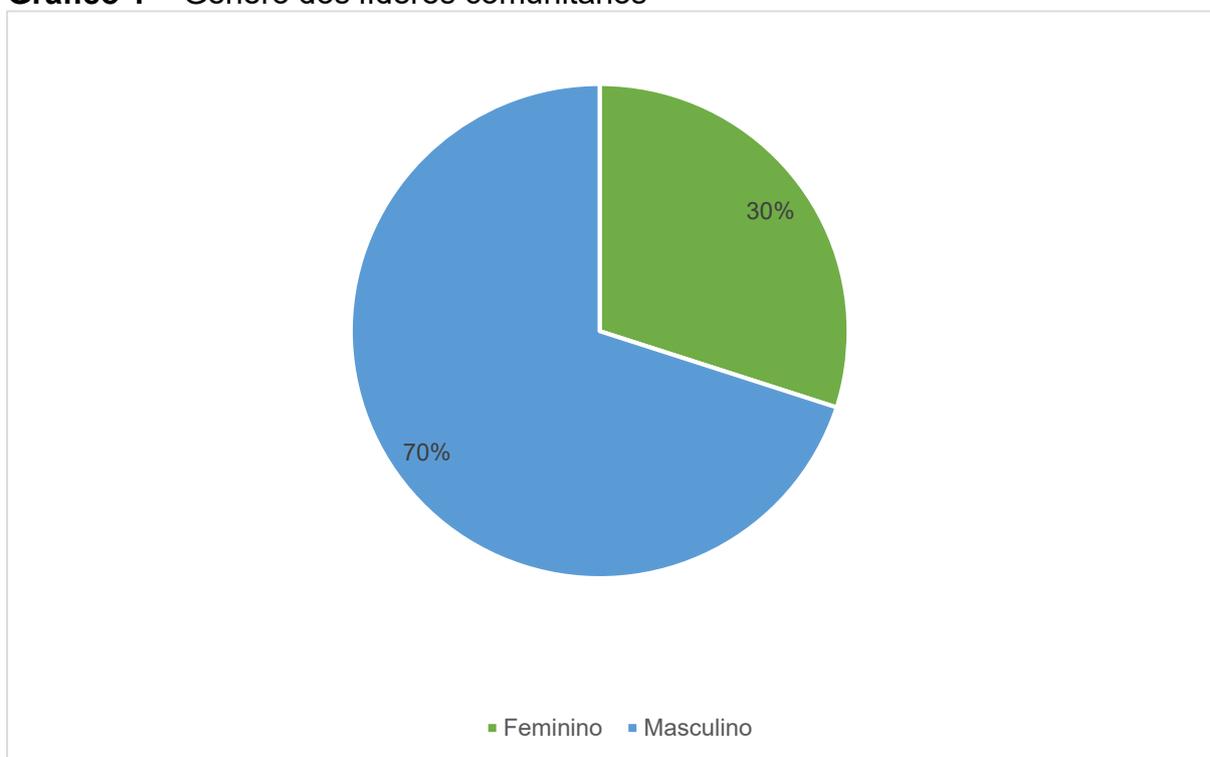
As informações levantadas junto aos líderes comunitários do Polo Coroadinho que expuseram suas respectivas percepções sobre a atuação da 2ª USC e deixaram entrever que havia uma estreita relação com a comunidade em busca de resolução de conflitos bem como, na atuação de uma polícia preventiva.

6.1 Percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho

Os líderes comunitários do Polo Coroadinho, apesar de se registrar um percentual maior de homens, as famílias sempre participam das discussões sobre a segurança pública local. Até porque, há muitas famílias em que a mulher é a única provedora e os filhos precisam de um ambiente seguro enquanto elas saem para trabalhar e buscar o sustento de suas famílias.

Nesse sentido, os líderes comunitários que participaram da pesquisa foram os moradores dos bairros do Bom Jesus, Coheb, Coroadinho, Parque Pindorama, Sítio do Pica Pau Amarelo, Vila Conceição e Vila dos Nobres. Os líderes entrevistados apresentam gêneros feminino e masculino, com idade média de 49 anos. Nesse sentido, o gráfico 1 mostra o gênero dos líderes comunitários.

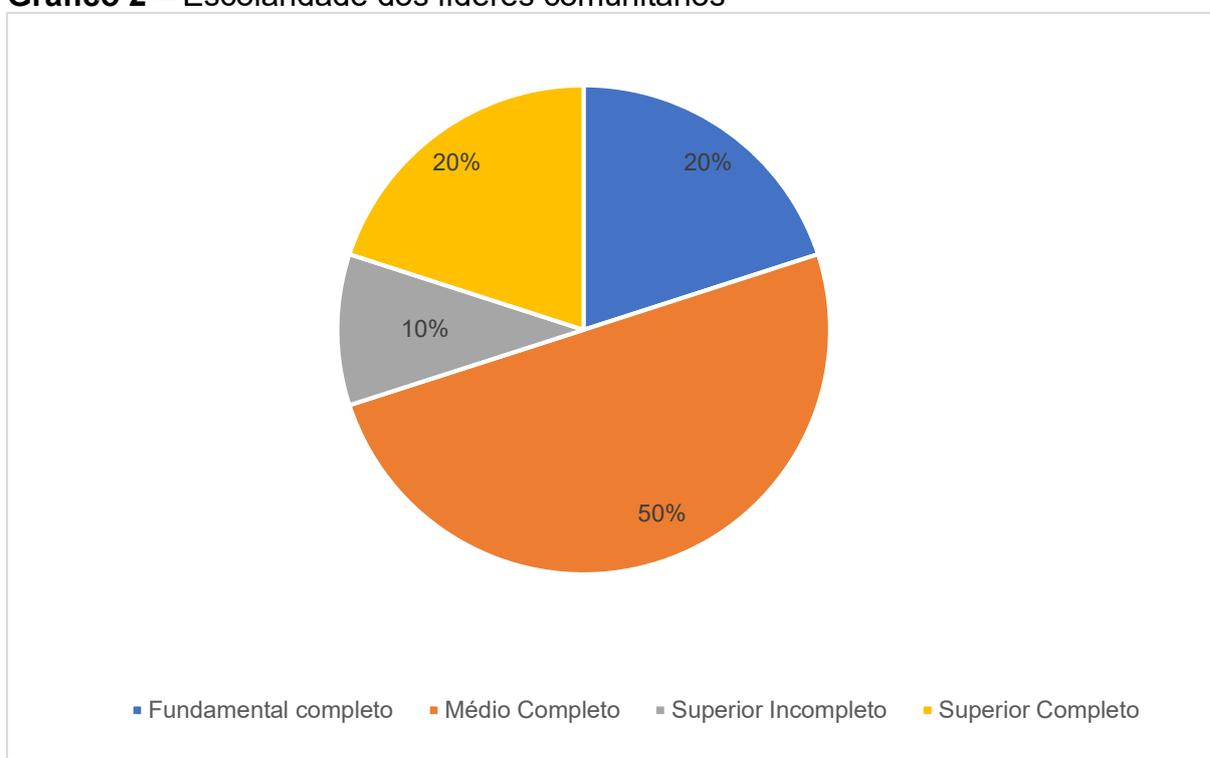
Gráfico 1 – Gênero dos líderes comunitários



Fonte: A autora (2021)

Apesar de todo discurso de inclusão sexual, as mulheres são sempre alijadas do processo decisório. De um lado, há aquelas que se predispõem a trabalhar em prol da comunidade, servir de elo de articulação entre sociedade civil, no caso a comunidade e de outro, as esferas de poder político. Por outro lado, tem aquelas que participam ativamente das ações sociais e políticas da comunidade mas não se candidatam a cargos de poder político devido compromissos pessoais ou limitações impostas por suas famílias. De qualquer modo, os líderes comunitários, em tese, são formadores de opinião, participam de todas as ações coletivas que se referem à comunidade e a questão da segurança pública ou de insegurança que é sempre presente nos discursos políticos.

Gráfico 2 – Escolaridade dos líderes comunitários

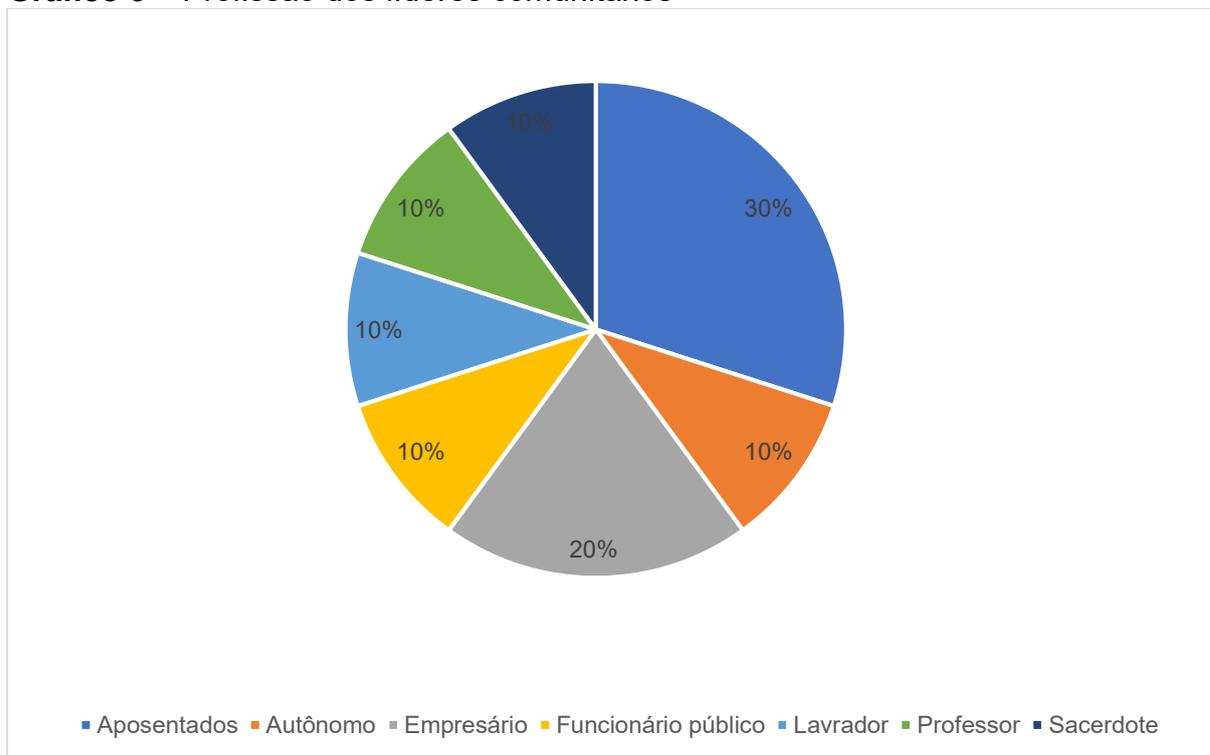


Fonte: A autora (2021)

O Polo do Coroadinho surgiu para atender as demandas das indústrias e do comércio que estava em implantação em São Luís no início da década de 1980, a grande expectativa de emprego atraiu muita gente, a maioria vinda das cidades do interior do Estado, com baixa ou nenhuma qualificação. O sonho dourado das capitais, mas infelizmente as oportunidades não alcançaram todos. De fato, a maioria ficou com subempregos devido a inexperiência e baixa formação de grande parte da população que não teve acesso à educação. Com isso, os bairros da área são maciçamente

habitados por pessoas de classes mais baixa e pouco qualificadas, conforme demonstra o quadro supracitado.

Gráfico 3 – Profissão dos líderes comunitários



Fonte: A autora (2021)

Diante da formação dos moradores da área, a profissão não foge à regra. Muitos são aposentados do Estado, do trabalho em obras e até do trabalho em lavouras. Há uma grande incidência de pequenos comércios, muitos autônomos, pequenos empresários que somam uma parcela pequena dos habitantes que habitam o Polo Coroadinho.

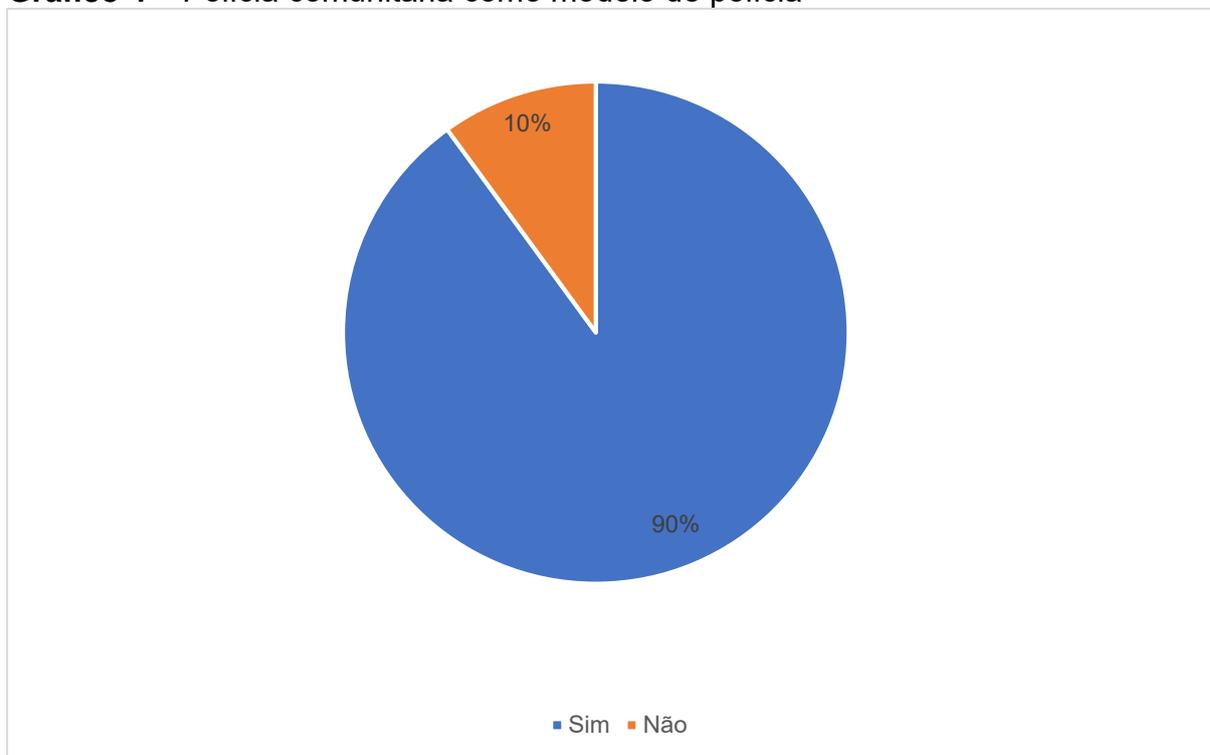
Os resultados dos dados sociodemográficos referem que quanto ao gênero, 70% dos participantes são do gênero masculino e 30% do gênero feminino. Quanto a escolaridade dos participantes, 50% possuem ensino médio completo, 20% ensino fundamental completo, 20% superior completo e 10% superior incompleto. No que diz respeito aos aspectos profissionais dos líderes comunitários, 30% são aposentados, 20% empresários, 10% lavrador, 10% sacerdote, 10% professor, 10% autônomo e 10% funcionário público.

Os líderes comunitários do Polo Coroadinho se refere a moradores que se candidatam voluntariamente para exercer o cargo, são pessoas considerados porta-voz da comunidade, pessoas relevantes no bairro, pois auxiliam na representação, preocupações e vontades da população dos bairros.

Exercer a função de líder comunitário não é uma tarefa fácil, pois demanda organização e desempenho nos aspectos inerentes às relações sociais. São pessoas que se prontificam a auxiliar nas necessidades do seu bairro, de grupo de pessoas, que lutam em prol de todos, sendo, portanto, a responsabilidade e amor ao próximo o pilar para que o trabalho dos líderes comunitários seja realizado (ARAÚJO, 2015).

Dessa forma, o líder comunitário também tem a finalidade de representar os anseios da comunidade perante os poderes do Estado, pois são eles que sempre estão cientes das dificuldades vivenciadas pela população, ouvindo sempre todos em relação aos seus problemas. São peças fundamentais para que a comunidade possa ter melhorias, como segurança, infraestrutura, saúde e ações que possam trazer benefícios à comunidade.

Gráfico 4 – Polícia comunitária como modelo de polícia



Fonte: A autora (2021)

O gráfico 4 traz os resultados sobre o questionamento se a polícia comunitária é um modelo de polícia que tem a função de se aproximar da comunidade para entender seus problemas e resolvê-los e se os entrevistados acreditam que 2ª Unidade de Segurança Comunitária se encaixa nesse perfil.

A filosofia de polícia comunitária, diferentemente do policiamento tradicional, estimula a participação da sociedade na identificação e resolução dos problemas que afetam a qualidade de vida e segurança dos cidadãos. Assim, é

perceptível que grande parte dos entrevistados reconhecem na 2ª USC a filosofia e modelo de policiamento comunitário, pois avaliando a percepção dos moradores sobre a 2ª USC se encaixar nesse perfil, 90% dos entrevistados responderam sim e 10% responderam que não.

Mendes (2017) observa que esse tipo de policiamento não somente realiza um trabalho específico, mas também continua exercendo suas responsabilidades efetivas, resultando em um relacionamento melhor com a comunidade. A comunidade é que conhece mais do que ninguém os seus problemas, e, com certeza, seria muito importante no planejamento da segurança pública. Nesse contexto, torna-se necessário o estabelecimento de estratégias de aproximação para convidar, incentivar e encorajar a população a participar cada vez mais.

É importante frisar, que os campos de atuação são ampliados em virtude do conhecimento mais próximo da realidade vivenciada pelos moradores, problemas que se dão principalmente em relação a ordem pública, os quais a polícia comunitária intercede não somente na segurança, como também às demais necessidades que a comunidade apresenta e acabam levando estas carências para os órgãos competentes.

Quando se indagou o porquê da resposta, a maioria dos moradores responderam que é devido a polícia se aproximar e se preocupar com a comunidade. Em linhas gerais, as falas dos informantes apontam para a relação entre princípio do policiamento comunitário e a percepção dos moradores.

“Porque através do comandante e dos colegas que trabalham no bairro, eles se encaixam na comunidade e em suas necessidades, fazendo rondas. Podemos considerar que 75% dos policiais da USC são atuantes na comunidade”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Porque se encaixa no perfil comunitário pois estou desde o começo, onde o terreno da USC foi doada, sempre tivemos não somente apoio da polícia como secretário de segurança e delegado da época. Com o trabalho da USC percebi que eles nos davam grande segurança”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Devido a segurança ter melhorado muito mesmo com muitos comandantes bons, mas as pessoas que acompanhavam o comandante não trabalhavam direito”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Por ser uma forma de aproximar polícia e comunidade, de ter diálogo”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Porque desde sua instalação as ações tiveram êxito, reduzindo o fluxo de pessoas estranhas, então foi muito válido”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

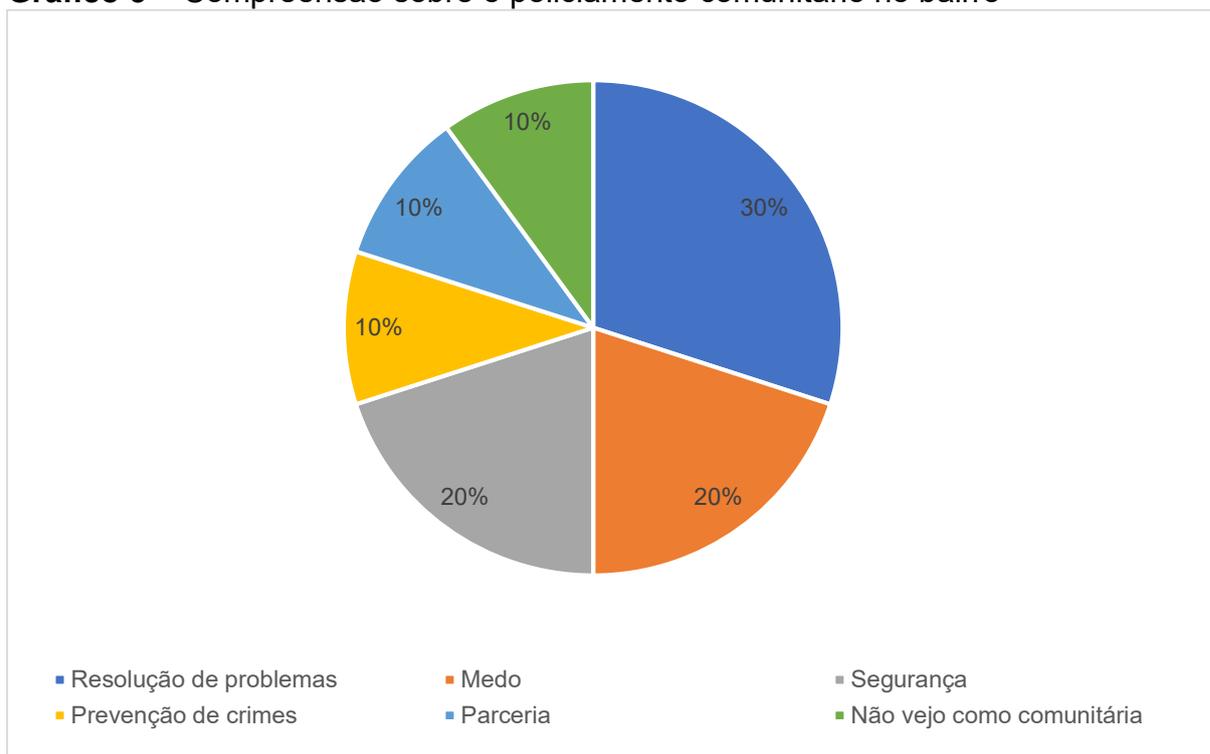
“Porque diversas ações sociais envolvendo a comunidade foram realizadas

“Porque o comandante fez o diferencial, ele uniu todo por um bem comum”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Mas uma polícia comunitária com contrapontos, pois a proximidade nos fazem aliados da polícia.” (DEPOIMENTO INFORMAL).

Percebe-se que os moradores veem a polícia comunitária e consequentemente as ações da 2ª USC como uma melhoria para a comunidade, visto que esse modelo de polícia possibilita que ações estratégicas sejam realizadas em benefício da comunidade.

Gráfico 5 – Compreensão sobre o policiamento comunitário no bairro



Fonte: A autora (2021)

Ao serem questionados acerca da compreensão do policiamento comunitário no bairro, cerca de 30% dos líderes comunitários responderam resolução de problemas, 20% responderam medo, 20% responderam segurança, 10% prevenção de crimes, 10% parceria e 10% não veem como polícia comunitária.

Esse tipo de policiamento promove soluções emergenciais, frente às inúmeras situações de abandono que se encontram diversas comunidades, até que sejam implementadas políticas econômicas, sociais e culturais de alcance. No entanto, é vista mais do que uma filosofia e estratégia de organização da polícia (FERREIRA, 2018).

Nesse contexto, o policiamento comunitário é visto como essencial dentre os policiamentos existentes, mas o mesmo carece ser ajustado e aperfeiçoado, pois

ainda não está consolidado. De fato, esse policiamento precisa ainda de normas internas e cursos de aperfeiçoamento profissional, visto que para trabalhar com a comunidade existe a necessidade dos policiais estarem preparados.

Além disso, é perceptível que o policiamento comunitário veio para somar com a comunidade, mas carece que todos os policiais envolvidos nesse tipo de modelo de polícia tenham empenho para realizar ações em prol da comunidade, pois existe uma pequena parcela dos policiais que não colaboram como deveriam. Aspecto esse que acaba prejudicando a comunidade, pois se o comando se empenha, os demais colaboradores também devem se empenhar (ARAÚJO, 2015).

Daí a relevância de cursos de aperfeiçoamento para os policiais que atuam no policiamento comunitário, pois este é um modelo na qual existe uma parceria, e para tanto, é essencial que os membros da corporação saibam lidar com esse tipo de relação que para alguns é inovadora.

“A polícia comunitária surgiu para auxiliar junto a comunidade do Polo Coroadinho na prevenção de crimes e violência que eram altos na comunidade. Desde sua chegada percebemos que a criminalidade teve uma redução significativa. Onde toda a comunidade foi beneficiada, pois foram reduzidos os roubos, assaltos, homicídios, e outros crimes que ocorriam no Polo Coroadinho”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Reconhecemos que a USC e todo pessoal da polícia comunitária veio para somar, trazer resultados positivos na comunidade em que vivemos, onde até anda pelas ruas era impossível e assustava os moradores”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

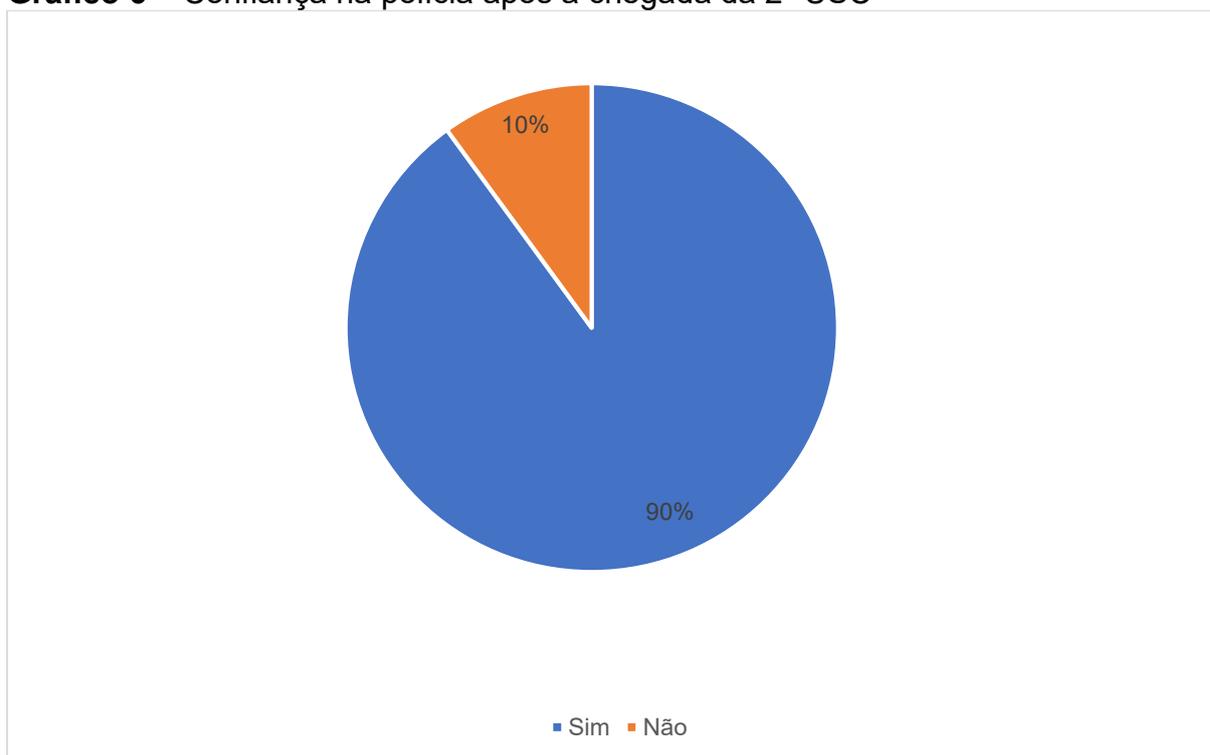
Os líderes comunitários consideram o policiamento bem-sucedido, percebendo-se que este apresenta resultados significativos desde sua implantação no bairro, principalmente em relação à segurança, redução de criminalidade, aumento da sensação de segurança geral e parceria. Mas, para alguns moradores ainda existe a necessidade de melhorias, tendo em vista que todos os anseios da comunidade devem ser assistidos, e não somente uma parcela. Portanto, se faz necessário a criação de estratégias que possam colaborar também para implantação de projetos com maior participação da comunidade em relação ao tráfico de drogas e facções que ainda são considerados os maiores problemas vivenciados pela comunidade.

Além disso, existe uma parcela da população que ainda tem receio em se relacionar com a polícia comunitária. É inegável, que a comunidade é considerada uma das principais responsáveis na aproximação com a polícia, portanto, cabe aos líderes comunitários, favorecer essa aproximação, mostrar para a comunidade o quão

esse tipo de policiamento e a relação com os policiais pode trazer benefícios para comunidade que residem. Nesse sentido, a consciência participativa deve ser sempre incentivada, pois a partir do momento que existe a potencialização dos sentimentos de coletividade, solidariedade, conseqüentemente ocorrerá um fortalecimento do vínculo afetivo entre polícia e comunidade.

Aspectos que são relevantes para que uma sociedade melhor para todos possa ser construída, onde a segurança possa ser garantida efetivamente.

Gráfico 6 – Confiança na polícia após a chegada da 2ª USC



Fonte: A autora (2021)

Quando indagados acerca da chegada da Unidade de Segurança Comunitária nos bairros do polo Coroadinho e se os líderes passaram a ter mais confiança na polícia, cerca de 90% dos líderes comunitários responderam sim e 10% responderam não. Ter confiança não é tarefa das mais fáceis, visto que a comunidade tem receio em se aproximar da polícia.

O policiamento comunitário desde sua implantação trouxe consigo a cooperação entre polícia e comunidade, aliada aos mecanismos de confiança e respeito, fortalecendo os laços com a sociedade e com a comunidade em si. A proximidade com a polícia motiva a população a sair do individualismo que acaba empobrecendo a convivência na vida pública, permitindo que sejam enfrentadas a

desconfiança, isolamentos institucionais e a indiferença que acomete consideravelmente a relação entre os referidos agentes (FERREIRA, 2018).

Como resultado dessa aproximação, a confiança já apresenta melhorias consideráveis, visto que a polícia comunitária trouxe mudanças na superação de estereótipos e preconceitos que impediam que os policiais e a comunidade tivessem um relacionamento construtivo, contribuindo também para que a polícia junto à comunidade pudesse resolver problemas inerentes à violência (ARAÚJO, 2015).

Contudo, quando questionados sobre o porquê, os líderes ressaltaram pontos importantes, conforme mostram os comentários informais.

“A confiança continua a mesma, pois mesmo com a mudança dos policiais e com a presença do comandante a comunidade se sente segura, justamente pela presença do comandante em todos os movimentos”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Porque quando a gente precisa a gente conhece muita gente boa lá dentro e nos ajudam. O que ficou ruim é que o delegado teve que sair, pois ele era próximo da gente. Achava que a USC podia dar apoio para conseguirmos melhorias públicas para o bairro”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Porque sempre éramos convidados a estar próximos da polícia comunitária, de suas reuniões, de tudo, tínhamos uma parceria, pois aproximou a população da polícia”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

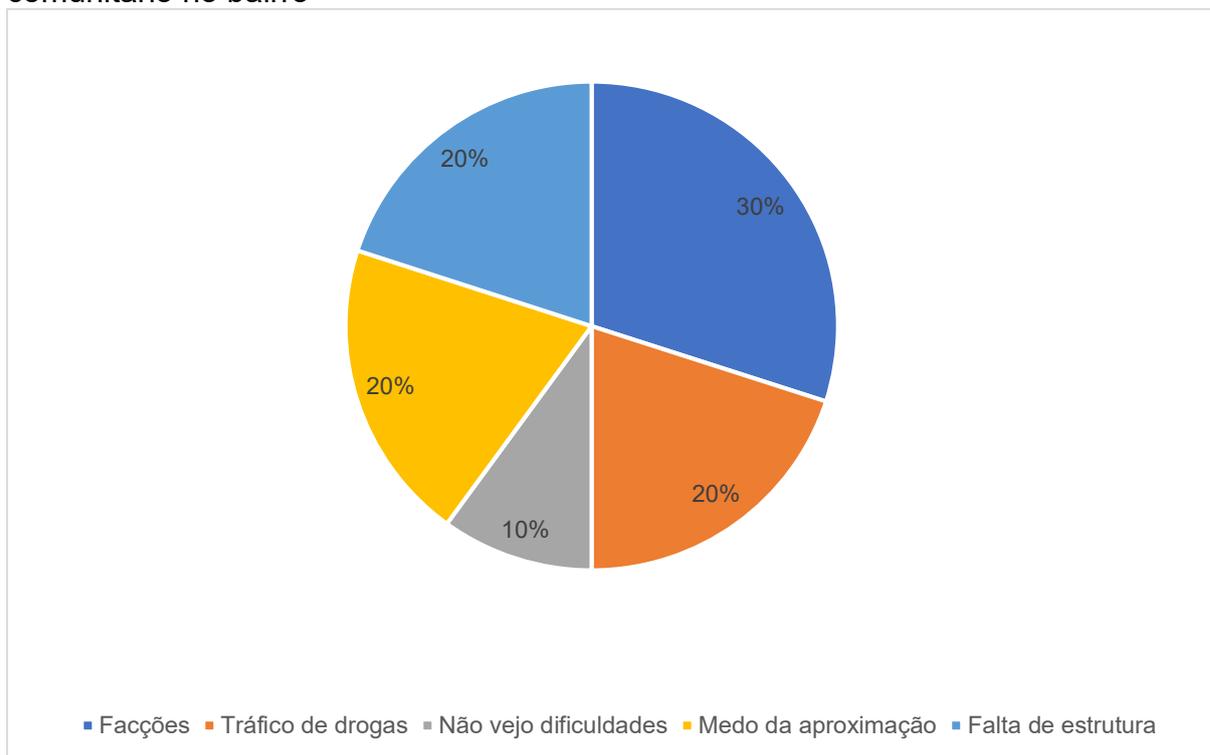
“Percebo que todas as vezes que precisei e sempre que tinham ocorrências e eu solicitava, prontamente a polícia comunitária se deslocava para me atender. O próprio comandante deu palestras sobre a importância do estudo na escola onde eu leciono, sempre evidenciando para os alunos o quão é importante estudar”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Acho que a confiança em relação a polícia melhorou consideravelmente. Tem confiança, e melhora do vínculo, não posso deixar de fazer essa observação”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

Frente ao que foi exposto, os líderes comunitários evidenciam que desde a implantação da 2ª USC a confiança no policiamento apresentou melhorias significativas, fato que se dá em virtude da aproximação da polícia comunitária com a população. Em geral, esse resultado é decorrente também do pronto atendimento dos policiais comunitários ao serem solicitados, que sempre estavam prontos para auxiliar a comunidade nas suas necessidades mais urgentes e que conseqüentemente nunca mediram esforços para auxiliar, mesmo com suas limitações e empecilhos existentes.

Para muitos, o policiamento comunitário não chegou somente para prestar atendimento quanto às necessidades dos moradores, mas para melhorar todos os aspectos inerentes ao relacionamento entre polícia e comunidade que em tempos anteriores era considerado distante e envolvido por medos e receios.

Gráfico 7 – Principais dificuldades identificadas para a aplicação do policiamento comunitário no bairro



Fonte: A autora (2021)

O bairro Coroadinho era considerado um dos mais violentos, apresentava além da criminalidade, problemas sociais como desemprego e falta de moradia que levaram a sua ocupação em massa, aspectos que contribuem para inúmeras dificuldades.

Quando questionados acerca das principais dificuldades que os líderes comunitários identificaram para aplicação do policiamento comunitário no bairro, cerca de 30% responderam as facções, 20% responderam tráfico de drogas, 20% medo da aproximação, 20% falta de estrutura e 10% não veem dificuldades que possam impossibilitar a aplicação do policiamento comunitário.

As dificuldades para que a polícia comunitária seja aplicada são em especial os referentes à resistência acerca desse tipo de modelo de policiamento, que a comunidade ainda não sabe diferenciar. Sendo, necessário que sejam esclarecidas as reais finalidades desse tipo de polícia, pois a sociedade ainda desconhece seus objetivos e o quanto esta pode contribuir com benefícios (ARAÚJO, 2015).

Sendo assim, é de essencial importância que no decorrer da implantação sejam esclarecidas junto à comunidade todas as dúvidas, explicando que o policiamento comunitário surgiu como uma parceria, que luta em prol de uma

comunidade segura, prevenindo a ocorrência e reduzindo os índices de criminalidade nas comunidades que refletem significativamente em diversos contextos de uma comunidade (COSTA, 2017).

No entanto, os participantes da pesquisa mencionaram trechos relevantes na entrevista que merecem destaque, conforme segue nos comentários informais.

“Eu acho que em relação ao tráfico de drogas é o maior empecilho. Facções, temos medo das ameaças dos bandidos”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

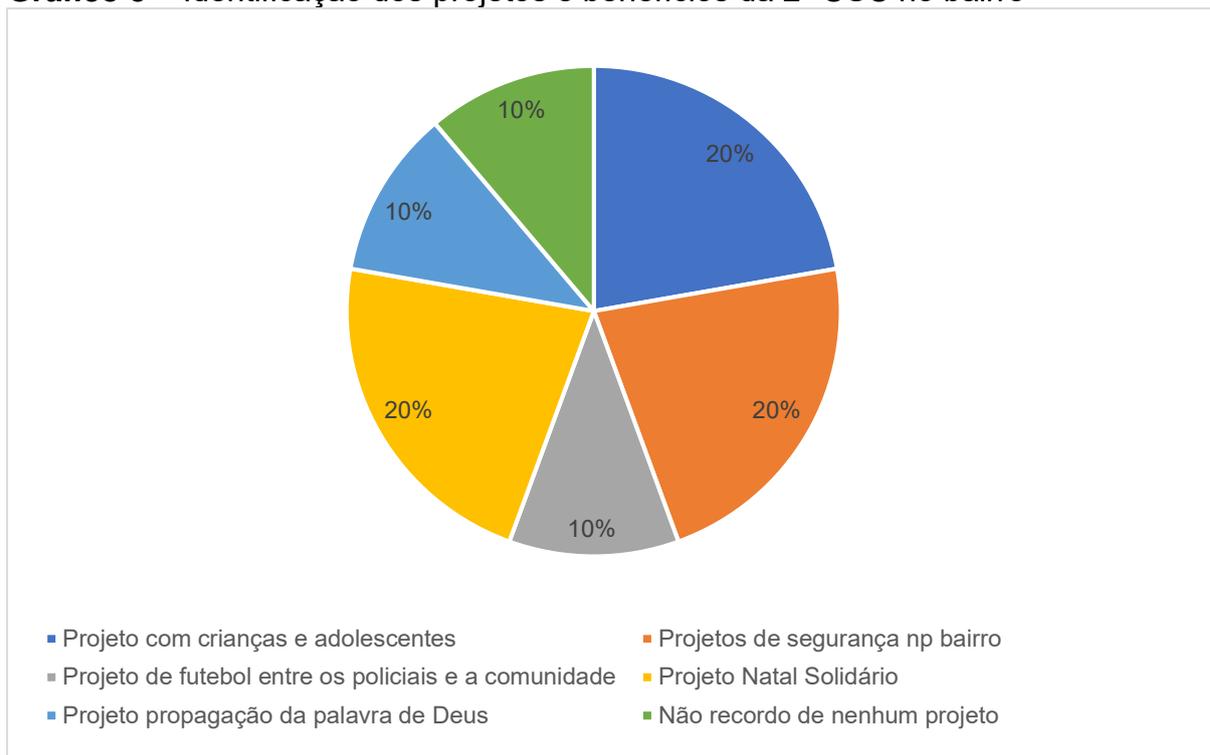
“Falta de estrutura, de empenho dos próprios moradores, resistência dos moradores”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Não vejo dificuldades, pois o comandante adquiriu nossa confiança, e quando a polícia quer ela realiza o trabalho”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Medo da comunidade se aproximar da polícia por conta da violência que tem um braço muito forte e organizado”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

De acordo com as entrevistas os líderes evidenciam que o medo, o tráfico de drogas, facções e resistência da comunidade ainda são vistos como os maiores empecilhos para que a polícia comunitária possa ser aplicada. Há de se reconhecer que o medo das facções, ainda prevalece, tendo em vista que nas comunidades assistidas pelo Polo Coroadinho existem pessoas que se integram às facções e o receio da comunidade aumenta, e muitos acabam não se aproximando do policiamento comunitário por conta de ameaças.

No entanto, é necessário que a comunidade tenha conscientização de que as facções não são donas do território que estas convivem, nem tampouco podem ter controle quanto a aplicação do policiamento comunitário e que esse tipo de policiamento junto à comunidade pode contribuir para que as facções possam ser destituídas da comunidade. Dessa forma, o enfrentamento das dificuldades deve ser superado para que a polícia comunitária possa atuar de forma efetiva nos Polos onde este policiamento se faça presente, aplique a suas ações de forma efetiva conforme sua finalidade e características que lhes pertencem.

Gráfico 8 – Identificação dos projetos e benefícios da 2ª USC no bairro

Fonte: A autora (2021)

Muitos dos projetos realizados no Polo Coroadinho foram realizados pela Secretária de Segurança Pública (SSP), mas a comunidade visualiza como projetos da Unidade de Segurança Comunitária.

Quando os líderes comunitários foram indagados sobre a identificação de projetos e benefícios da Unidade de Segurança Comunitária no bairro, cerca de 20% dos líderes responderam projeto com crianças e adolescentes, 20% projeto de segurança no bairro, 20% projeto natal solidário, 10% projeto de futebol entre os policiais e a comunidade, 10% referiram projeto de propagação da palavra de Deus e 10% referiram que não recordam de nenhum projeto.

Sabe-se que, muitas comunidades são desprovidas ainda de assistência e que na maior parte das vezes os projetos sociais que surgem em parceria como a polícia comunitária acabam provendo melhorias que fazem toda diferença para as comunidades. Assim, o policiamento comunitário ao ser implantado desenvolve, como estratégia preventiva, projetos sociais que colaboram para que crianças e adolescentes sejam incentivados a não cometer crimes, bem como jovens e adultos (COSTA, 2017).

No que diz respeito aos benefícios os comentários informais destacam pontos importantes.

“Projeto com crianças e adolescentes onde eles conversam com as crianças, a USC dá atenção para todos. Projeto de futebol com as crianças na qual a USC tem parceria. Projeto criança na escola. Os benefícios com a atuação da 2 USC é o apoio dado a comunidade quando precisamos”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Em relação aos projetos somente vi a segurança no Polo em si, mas lembro da parceria do Natal Solidário. Os benefícios somente de segurança e respeito em relação a pandemia e festas, redução de homicídios”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Projetos da integração da polícia com a comunidade, projeto de futebol entre os policiais e a comunidade. Benefícios somente a melhora da segurança ao bairro”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Projeto Natal solidário em parceria com a USC junto aos organizadores, oferta de serviços sociais nas paróquias”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

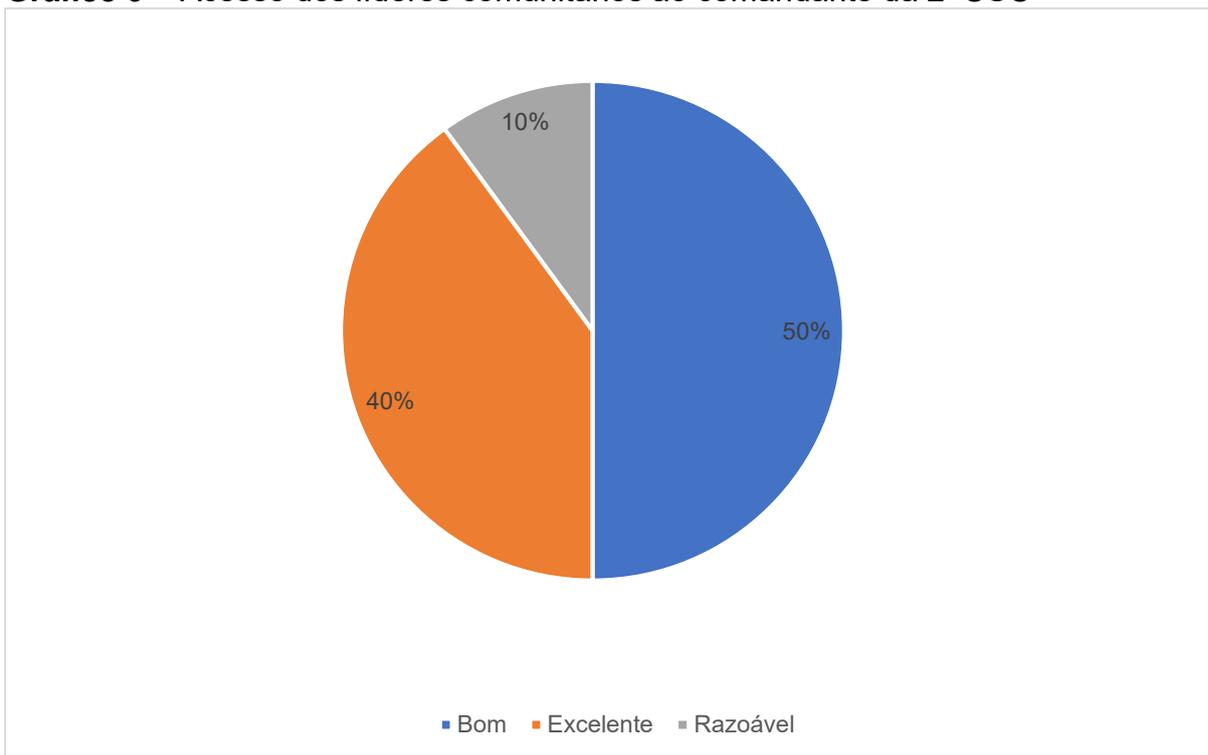
“Projeto com benefícios na união das religiões para propagar a palavra de Deus, onde a igreja católica e evangélica se uniu para junto com o policiamento comunitário divulgar por meio de folhetos a palavra de Deus”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Não recordo de nenhum projeto, pois pouco vejo interação com a Polícia Comunitária”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

Os líderes comunitários evidenciaram que desde a chegada da 2ª USC, estes foram parceiros presentes no desenvolvimento de projetos, sempre se fizeram presentes no auxílio prestado às necessidades da comunidade. Em especial ao comandante que sempre se prontificou a auxiliar a comunidade nas necessidades complexas e mais simples.

Ressalta-se que, a 2ª USC surgiu para somar com a comunidade e seus anseios, que a participação do comandante e seus colaboradores sempre foi ativa, que além das parcerias foram realizadas palestras pelo próprio comandante para incentivar os jovens a estudar, sempre evidenciando que estudar, ser honesto e a saída para muitos problemas.

Nesse sentido, os benefícios advindos da USC são principalmente a segurança da comunidade e redução dos índices de crime nas regiões abarcadas pela USC. Ainda é necessário realizar estratégias que promovam melhorias em outros campos, tais como aspectos inerentes às facções e tráficos de drogas.

Gráfico 9 – Acesso dos líderes comunitários ao comandante da 2ª USC

Fonte: A autora (2021)

Quando questionados sobre o acesso dos líderes ao comandante da 2ª USC, 50% dos líderes comunitários responderam bom, 40% responderam excelente e 10% responderam razoável.

Comandantes que fazem parte do policiamento comunitário carecem ter conhecimento das reais necessidades da comunidade onde as Unidades de Segurança Comunitária são implantadas. É de relevante importância que estes tenham conhecimento dos problemas e necessidades que anseiam a comunidade para que seja realizado trabalho adequado. Além disso, é necessário que os comandantes estejam empenhados em servir e assistir a população e suas solicitações, assim como contribuir para a elaboração de estratégias que contribuam para redução e prevenção da criminalidade.

Aspectos que envolvem também a parceria mútua não somente do comandante, mas dos seus colaboradores, o trabalho deve ser realizado em conjunto para que possa alcançar resultados positivos em relação às finalidades do policiamento comunitário. Além disso, é importante mencionar que os líderes comunitários evidenciaram pontos positivos ao comandante da referida unidade, conforme segue.

“O comandante ele é autêntico, considero acessível”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Sempre que preciso ele é acessível”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Tenho acesso livre, sem barreiras ao comandante”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Excelente, muito aberto e acessível, nos atende prontamente até com criação de grupo de Whatsapp”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“O comandante sempre acessível a todos”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

“Quanto ao comandante ele sempre foi acessível”. (DEPOIMENTO INFORMAL).

Na presente pesquisa, é importante mencionar que os resultados evidenciaram pontos cruciais e que foram relevantes para entender o quanto o comandante da 2ª USC foi importante para o Polo Coroadinho. Os elogios foram inúmeros, pois os líderes sempre ressaltaram o serviço excelente prestado pelo comandante, este sempre se fez presente na comunidade além das funções que lhe cabiam. De modo que a USC atendeu às demandas da sociedade.

É perceptível, como o referido comandante foi importante para os líderes e comunidade em todos os aspectos, pois além de comandar com excelência o grupo, este sempre foi um excelente parceiro para os líderes. Sabe-se que, quando as pessoas tem um mesmo objetivo para o alcance de um propósito, os resultados são sempre positivos e podem contribuir para que as ações implantadas sejam eficazes.

Nesse contexto, é importante referir que o comandante do presente Polo foi considerado também um diferencial nesse policiamento comunitário, pois além de muito acessível, ele mostrou-se humilde para com a resolução dos problemas dos bairros abarcados pelo Polo.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo abordou o Policiamento Comunitário, enfatizando a percepção dos líderes comunitários sobre ações da 2ª Unidade de Segurança Comunitária entre 2014-2019”. Foram traçados objetivos e todos foram alcançados no decorrer da pesquisa, bem como respondeu ao problema proposto.

Desenvolver a pesquisa não foi tarefa das mais fáceis, visto que no atual contexto da sociedade enfrenta-se a pandemia do Covid-19 que limita o contato mais próximo com a população, mesmo assim a entrevista foi aplicada, o que não limitou os esforços do pesquisador para que os objetivos fossem alcançados e fossem obtidos resultados satisfatórios.

No decorrer do estudo, observou-se que o Policiamento Comunitário é um modelo de polícia que tem a finalidade de aproximar a polícia da população, identificando os problemas locais e planejando estratégias que podem ser utilizadas em cada tipo de situação.

Para lidar com a gama de problemas e diversidades, a polícia comunitária carece de autonomia e liberdade para realizar suas atividades cotidianas na comunidade. O policiamento comunitário possui características importantes, dentre as quais estão a relação de confiança com a comunidade e a polícia, a descentralização da atividade policial, a ênfase dos serviços não emergenciais e a ação integrada entre diferentes órgãos e atores. Sempre desenvolvendo ações que possam integrá-las pelo bem da comunidade, prevenindo crimes e conseqüentemente sua redução.

Quanto a percepção dos líderes comunitários, ficou evidente que a Unidade de Segurança Comunitária no tempo de sua existência garantiu à população do Polo Coroadinho a sensação de segurança, de que a comunidade estava sendo protegida e assistida pela polícia comunitária, mesmo que para alguns dos entrevistados a mesma tivesse a necessidade de melhorar em alguns pontos, dentre estes, a falta de policiamento em diversos pontos do bairro, o que não influenciou negativamente na pesquisa, pois problema da pesquisa foi respondido.

Nesse contexto, há de se reconhecer que esse tipo de policiamento é um complemento aos demais, mas de fundamental importância, tendo em vista que a principal herança deixada pela USC é a segurança, que ainda é considerada o principal benefício desta para a comunidade. No entanto, há de se reconhecer que existe a necessidade também de ressignificar também a polícia-sociedade, visto que

somente as práticas do policiamento comunitário não podem ter avanço se a polícia tradicional ter uma visão da cidade de São Luís a partir das regiões que esse tipo de policiamento não pode ser aplicado, em virtude de prévias concepções sobre a criminalidade, e conseqüentemente a compreensão de que os benefícios do referido policiamento somente podem ser alcançados em bairros onde a criminalidade é maior.

No entanto, a estratégia deve ser direcionada para os problemas da segurança pública, devendo abrir caminhos para que outras pesquisas na seara da segurança pública e policiamento comunitário possam ser realizadas.

Em tempo, ressalta-se, que desenvolver o presente estudo foi relevante, pois pode contribuir informando para a sociedade o quanto o Policiamento Comunitário pode trazer benefícios para a sociedade, além disso, o presente estudo poderá ser vir como pilar para que outros estudos possam ser desenvolvidos e conseqüentemente auxiliar na criação de novas estratégias realizadas pelo Policiamento Comunitário para melhorar o atendimento as comunidades assistidas pelo Polo Coroadinho na cidade de São Luís – Ma.

Sabendo-se que a Unidade de Segurança Comunitária do Polo Coroadinho teve boa referência dos líderes comunitários, é relevante que projetos com a mesma finalidade da USC possam ser realizados nos demais bairros da cidade de São Luís, para prevenir a criminalidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P.L. **Policamento comunitário: uma experiência recente no campo da segurança pública na Paraíba.** Paraíba, 2015.

CASTRO, L.M.O. **Plano de ações estratégicas do Policiamento Comunitário em um bairro de Minas Gerais.** Monografia. Minas Gerais, 2016.

CORREIA, Mark. "Public perceptions of state police: an analysis of individual-level and contextual variables". *Journal of criminal justice*. Vol.28. 2016

COSTA, D.F.M. **POLÍCIA COMUNITÁRIA: Um Novo Paradigma de Polícia Ostensiva.** São Paulo, 2014.

COSTA, V. **Policamento Comunitário no município de Cacoal-RO: avaliação e mensuração das metas e dos resultados.** Porto Velho: Polícia Militar do Estado de Rondônia (mimeo), 2017.

FARIAS, V.M. **Policamento Comunitário E Cultura Organizacional: Estudo De Caso Do Processo De Modernização Da Polícia Militar Da Bahia.** Salvador, 2012. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/handle/tede/163>. Acesso: 14 maio 2021.

FERREIRA, C. A. **Implementação da polícia comunitária: projeto para uma organização em mudança.** São Paulo, SP: POLICIALESP, CSP-II/95, Monografia. São Paulo, 2015.

FERREIRA, A.S. **POLÍCIA COMUNITÁRIA: limites e desafios da consolidação da 1ª Unidade de Segurança Comunitária (USC) no Município de São Luís/MA.** São Luís, 2018.

FRÓES, Joseane Ferreira. **Impactos sócio-urbanos no alto curso do Rio das Bicas: contextualizando o Bairro do Coroadinho.** Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUMARÃES, S.J. **Policamento comunitário, biopolítica e governamentalidade: possibilidades de existência de uma comunidade.** São Paulo, 2014.

IBGE. **Censo cidade de São Luís.** 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso: 01 maio 2021.

LIMA, R.S. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2011.

MAIA, P.O. **Limites do Polo Coroadinho.** São Luís, 2015.

MARANHÃO. **LEI ORDINÁRIA nº 11.346 de 29 de Setembro de 2020.**

Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5945#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2029,201>

8%2C%20e%20d%20C3%A1%20outras%20provid%20C3%AAncias. Acesso 01 maio 2021.

MARANHÃO. LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 9.795, DE 10 DE ABRIL DE 2013. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3551#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Maranh%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=ABRIL%20DE%202013-,Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comando%20de%20Policiamento%20Especializado%20na,Maranh%5/20C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso: 01 maio 2021.

MARANHÃO. LEI 3.253, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>. Acesso: 01 maio 2021.

MARANHÃO. CCJ aprova Policiamento Especializado e USC para a Vila Luizão e Coroadinho. Medida Provisória 145/2013. 2013. Disponível em: <https://alma.jusbrasil.com.br/noticias/100419717/ccj-aprova-policiamento-especializado-e-usc-para-a-vila-luizao-e-coroadinho>, Acesso 14 maio 2021.

MARCINEIRO, N. Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

MENDES, D.C. Policiamento Comunitário: uma análise do modelo de polícia. São Paulo, 2017.

MENDES, A.S. Perfil Sóciodemográfico da população do bairro Coroadinho. São Luís, 2009.

IMIRANTE. No Coroadinho 65% dos jovens estão envolvidos em crimes. 2015. Disponível: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/06/no-coroadinho-65-dos-jovens-estao-envolvidos-em-crimes-diz-pesquisa.html>. Acesso: 16 maio 2021.

MOORE, N. Policiamento Moderno. São Paulo: EDUSP, 2003. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/wp-content/uploads/2018/04/9788531407383.pdf>. Acesso: 22 fev. 2021.

MORAES, N.R. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da polícia militar. São Paulo em Perspectiva, 18(1), p. 103-110, São Paulo, 2015.

MOTA, A.S. Coroadinho: histórico de ocupação de terras desde a década de 40 até os dias atuais. Monografia. (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1990.

MOTA, A.S. A luta por moradia popular em São Luís do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2014.

PEREIRA JÚNIOR. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos

seus bairros. **Ateliê Geográfico**. 2015. Disponível em: [Texto%20do%20artigo-156913-2-10-20150907.pdf](#). Acesso: 14 maio 2021.

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. 2009. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/manual-de-policiamento-comunitario-polcia-e-comunidade-na-construo-da-segurana/>. Acesso: 01 maio 2021.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **Polícia Militar inaugura comando de segurança comunitária – CSC**. 2014. Disponível em: <https://pm.ssp.ma.gov.br/policia-militar-inaugura-comando-de-seguranca-comunitaria-csc/>. Acesso: 01 maio 2021.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **Relatório Criminalidade Maranhão – Ano base 2019**. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=pmma+2019+relatorio+criminalidade&biw=1505&bih=627&sxsrf=ALeKk01DHBDJdt7YXyGUBGEXZXHnc5Olpg%3A1620835864285&ei=GP6bYK7mEJrS1sQPtpO1sAs&oq=pmma+2019+relatorio+criminalidade&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBwghEAoQoAE6BwgjELADECC6BAgjECc6BwgjEOoCECC6CAguELEDEIMBOgQIABBDOgQILhBDoggIABCxAxCDAToKCAAQxwEQowlQQzoFCAAQsQM6AggAOg4IABCxAxCDARDHARCvAToKCAAQsQMgWEQQzoGCAAQFhAeOgQIABANoggIABANEAoQHjoGCAAQDRaeOggIABANEAUQHjoICAQCBANEB46BAghEBU6CAghEBYQHRAeUMQNWIRpYIZqaAR. Acesso: 01 maio 2021.

POLICIA MILITAR DO MARANHÃO. **2ª USC reduz em 40% o número de homicídios no Coroadinho**. Disponível em: <https://pm.ssp.ma.gov.br/2-usc-reduz-em-40-o-numero-de-homicidios-no-coroadinho/>. Acesso: 01 maio 2021.

PONTES, R.O. **O policial militar pacificador social: Emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo**. São Paulo, SP: 142 f. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) - Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” (CAES), da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2016.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SERRA, R.M.M. **Imagem 2ª Unidade Segurança Comunitária**. São Luís, 2019.

SETTE CÂMARA, P. **Reflexões sobre segurança pública**. Belém: Universidade da Amazônia, 2015.

SILVA, F.M.S. **Polícia comunitária: uma alternativa para o controle da criminalidade**. In: MARANHÃO, Hélio. *A cara nova da Polícia Militar do Maranhão*. São Luís: Gráfica e editora Tema, 2006.

SOARES, L.E. Segurança Pública: presente e futuro. **Revista Estudos Avançados**, v.20, n.56, p.91-106, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista

Entrevista sobre a percepção dos líderes comunitários do Polo Coroadinho

Idade: _____

Gênero: Feminino () Masculino ()

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

1. A Polícia Comunitária é um modelo de polícia que tem a função de se aproximar da comunidade para entender seus problemas e resolvê-los de forma preventiva. Você acredita que a 2ª Unidade de Segurança Comunitária se encaixa nesse perfil? Porque?
2. Como você compreende o policiamento comunitário no seu bairro?
3. Com a chegada da Unidade de Segurança Comunitária você passou a ter mais confiança na polícia? Porque?
4. Quais as principais dificuldades que você identifica para a aplicação do policiamento comunitário em seu bairro?
5. Você consegue identificar os projetos e benefícios da 2ª Unidade de Segurança Comunitária no seu bairro? Quais?
6. Como é o seu acesso ao comandante da 2ª Unidade de Segurança Comunitária